UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Luciano Roberto Corrêa da Fonseca Filho

HISTÓRIA, POLÍTICA E CERVEJA:
A Trajetória do Lobby da Indústria da Cerveja

São Paulo – SP
Julho de 2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Luciano Roberto Corrêa da Fonseca Filho

HISTÓRIA, POLÍTICA E CERVEJA:
A Trajetória do Lobby da Indústria da Cerveja

Dissertação de Mestrado em Ciência
Política apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob
Orientação do Prof. Dr. Wagner Pralon
Mancuso

São Paulo – SP
Julho de 2008

Luciano Roberto Corrêa da Fonseca Filho

HISTÓRIA, POLÍTICA E CERVEJA:
A Trajetória do Lobby da Indústria da Cerveja

Dissertação de Mestrado em Ciência
Política apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob
Orientação do Prof. Dr. Wagner Pralon
Mancuso

Banca Examinadora:

Prof^o Dr. Wagner Pralon Mancuso _____

Prof^o Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira _____

Prof^a Dra. Janina Onuki _____

Data da aprovação: ____ de _____ de _____

São Paulo – SP
Julho de 2008

Dedicatória

À Flora, sem dúvida

Agradecimentos

Como não poderia ser diferente, a realização deste trabalho envolveu diversas pessoas, cada qual contribuindo à sua maneira.

Primeiramente gostaria de agradecer ao Marcos Mesquita, por toda a ajuda e paciência nos longos “bate-papos” fundamentais para a compreensão do setor cervejeiro para além dos números e fatos.

Pela parte acadêmica, cobranças, indicações de leitura, discussões de conteúdo, forma e outros detalhes, meu muito obrigado ao Wagner, meu paciente orientador.

Agradeço também à Maria Hermínia, que indicou os rumos iniciais deste trabalho.

Um agradecimento especial ao Maceila, que me mostrou os caminhos da Ciência Política.

Por último, à equipe de suporte emocional, Flora, mãe, irmãs, pai, aos amigos de trabalho que seguraram a barra, Beto e Eduardo, aos chefes pelos dias de férias na reta final, Luiz, Henrique e John, aos moradores de casa pelas madrugadas de silêncio, Pedroca e Cobra, à Birinjada, Pipera, Fabi, Zela, Gustavo, Denão e outros amigos pelos momentos de descontração fundamentais para a sanidade mental.

Epígrafe

*“Não existe nada permanente,
exceto a mudança”
(Heráclito, séc. VI A.C.)*

Resumo

As dinâmicas formas de organização e atuação política do empresariado brasileiro têm despertado o interesse de estudiosos da ciência política e áreas correlatas do conhecimento.

Este trabalho examina a atuação política dos empresários da indústria da cerveja por meio de um estudo das transformações ocorridas em sua entidade representativa no sistema corporativista, o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Sindicerv. Para tornar mais rica a compreensão das transformações no Sindicerv e na representação política do setor cervejeiro de maneira geral, paralelamente à história do Sindicerv, é discutido o contexto político-econômico brasileiro, assim como a evolução do mercado de cerveja no Brasil.

Abstract

The dynamic methods of political representation implemented by the businessmen in Brazil have been the focus of many academic studies. This work, through the examination of Sindicerv's (union of Brazilian beer producers) history, reveals the changing forms of political representation used by beer producers along the last century. In order to enrich the discussion on the changes that took place in the beer producers' forms of political representation, along this text, political and economic aspects of Brazil are also discussed herein.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O INÍCIO: 1930-1964.....	15
2.1. <i>Contexto Político-Econômico: Formação da Elite Industrial Brasileira e sua inserção nas arenas decisórias.....</i>	16
2.2. <i>A Indústria da Cerveja: Início da Produção Nacional de Cerveja</i>	29
2.3. <i>O Sindicerv: Fundação e Início das Atividades</i>	31
2.4. <i>Conclusão.....</i>	37
3. O NOVO ARRANJO: 1964-1985	39
3.1. <i>Contexto Político-Econômico: Os Novos Canais de Acesso da Burguesia Industrial às Arenas Decisórias.....</i>	40
3.2. <i>Indústria da Cerveja: Acirramento das Fusões e Aquisições.....</i>	49
3.3. <i>O Sindicerv: Fase das Negociações de Reajuste nos Preços: 1964 - 1985.....</i>	51
3.4. <i>Conclusão.....</i>	60
4. LOBBY COMO PRÁTICA PERMANENTE: PÓS 1985.....	62
4.1. <i>Contexto Político-Econômico: Abertura do País</i>	62
4.2. <i>A Indústria da Cerveja: Alterações no Consumo e nas Participações de Mercado.....</i>	75
4.3. <i>O Sindicerv: Implementação da Estrutura Permanente de Lobby</i>	82
4.4. <i>Conclusão</i>	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
BIBLIOGRAFIA	102

QUADROS

Quadro 1: Comparação entre características dos Sindicatos e Associações	43
Quadro 2: Produção nacional de malte e cevada	55
Quadro 3: Produção nacional de malte e cevada - década de 80	56
Quadro 4: Marcas de cerveja por fabricante	81
Quadro 5: Funções do cargo de superintendente do Sindicerv	86
Quadro 6: Limites de utilização de malte: Brasil e Argentina	87
Quadro 7: Exemplos de PL's com impacto no setor cervejeiro	89
Quadro 8: Evolução do número de Projetos de Lei por assunto	90

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Estrutura do Sistema Corporativista	22
Ilustração 2: Fluxo decisório das atividades de lobby	93

GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa anual de crescimento: produção industrial no Brasil 1920-45	20
Gráfico 2: Criação de organizações de representação de interesses	42
Gráfico 3: Operações de fusões e aquisições - década de 90	66
Gráfico 4: Valor das privatizações	66
Gráfico 5: Taxa média de variação anual do PIB	67
Gráfico 6: Taxas de crescimento da produção por categoria de uso	68
Gráfico 7: Evolução das importações nacionais	69
Gráfico 8: Criação de sindicatos x associações	70
Gráfico 9: Consumo nacional de cerveja: total e per capita	76
Gráfico 10: Número de vezes que a palavra foi veiculada no jornal	95

TABELAS

Tabela 1: Participação de Mercado	77
Tabela 2: Participação de mercado 2003 e 2005	79

1. Introdução

A atuação política do empresariado no Brasil tem despertado o interesse da comunidade acadêmica, especialmente após a redemocratização e abertura econômica do país, na medida em que esses processos estimularam maior participação do empresariado nas decisões de Estado (Mancuso, 2007b).

Na literatura sobre a ação coletiva empresarial no Brasil, há uma vertente que avalia a atuação do empresariado como fragmentada, dispersiva e imediatista no que tange às suas relações com o governo. Segundo esta corrente, o sistema corporativista de representação de interesses seria, em grande parte, responsável pela fragmentação e desarticulação do empresariado. Este sistema dificultaria a renovação das lideranças empresariais, assim como a formação de uma entidade multi-setorial de cúpula capaz de intermediar simultaneamente os interesses dos diferentes setores econômicos (Schneider, 2000).

Para outros autores, entretanto, as recentes mudanças no panorama econômico e político, tais como abertura do mercado e a redemocratização, permitiram a articulação de uma pauta de interesses comuns por parte da indústria. Tais estudos apresentam evidências de que o empresariado industrial brasileiro passou a atuar de forma unificada e, geralmente, é mais bem sucedido em suas incursões no campo da política do que parte da literatura faz supor (Oliveira, 2003; Mancuso, 2007b).

Este trabalho irá abordar a questão da representação política do empresariado de um único setor, o setor cervejeiro. Com isso, a discussão acadêmica, que vem ocorrendo, primordialmente, em torno da atuação do empresariado como classe, será trazida para o nível setorial.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é, por meio de um estudo de caso da trajetória do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - Sindicerv -, buscar entender como os empresários estruturam sua representação política, destacando os fatores que atuam como incentivos para definir sua forma de atuação política.

Para enriquecer a compreensão da trajetória do Sindicerv, a reconstituição de sua história será feita à luz da discussão do desenvolvimento da ação coletiva do empresariado brasileiro e da própria evolução político-econômica de nossa sociedade. A idéia é revelar como os empresários do setor cervejeiro perceberam e reagiram aos dinâmicos mecanismos de integração do empresariado às arenas decisórias do governo.

Usando como referência fatos históricos da política e economia nacional, o texto foi dividido em três períodos: o primeiro de 1930 a 1964, ou seja, do início da era Vargas até o golpe militar; o segundo, entre 1964 a 1985, cobrindo o período do regime militar e, o terceiro, a partir de 1985 até os dias de hoje, abordando a redemocratização e abertura da economia.

Para cada um dos períodos são feitas três discussões: a primeira, sobre a evolução da indústria nacional, focando a organização política do segmento para a representação de seus interesses. A segunda, sobre o desenvolvimento da indústria cervejeira, descrevendo o crescimento da produção nacional de cerveja, o número de empresas participantes no setor, a participação de mercado dos principais produtores e suas movimentações estratégicas. Por fim, a terceira, apoiando-se em elementos apresentados nos tópicos anteriores, discute a trajetória do Sindicerv, explorando sua forma de organização e atuação política ao longo de sua história.

Importante ressaltar que as duas discussões iniciais, a respeito da evolução da organização política do empresariado e sobre o mercado de cerveja, não têm o intuito de mostrarem-se exaustivas, sendo seu propósito oferecer o contexto no qual as transformações na forma de representação política do setor cervejeiro ocorreram.

Durante o primeiro período, será visto que a partir do colapso do sistema primário-exportador, durante a década de 30 ocorre um “deslocamento do centro dinâmico da economia nacional” (Furtado, 1970), o qual migra da agricultura para a indústria.

Nesta época, diante de seu crescente poder econômico, a nascente classe de industriais brasileiros já apresentava algumas organizações de representação de interesse e, gradualmente, aumentou sua inserção nas arenas decisórias do Estado.

Sob a influência da ideologia desenvolvimentista, o governo de Getúlio Vargas dá origem a novos mecanismos de comunicação entre governo e empresariado. Ao longo das décadas de 30 e 40, são desenvolvidas e consolidadas a legislação trabalhista e o sistema corporativista. Tais mecanismos aproximaram o Estado da iniciativa privada e, neste período, o Brasil assiste a um crescimento vigoroso da indústria nacional.

Nesse contexto, a indústria cervejeira também passa por período de forte expansão, já com movimentações de fusões e aquisições que rapidamente transformam o setor em um duopólio: Brahma e Antarctica destacam-se como líderes do mercado cervejeiro nacional. Contando com a liderança de empresários influentes, as grandes cervejarias têm amplo acesso à burocracia estatal e, na década de 40, em um contexto de

intensa atividade grevista, aderem ao sistema corporativista, criando o Sindicato Nacional da Indústria Cervejeira, o Sindicerv.

No entanto, apesar da via institucional de acesso ao Estado, a participação da indústria cervejeira na vida política continuaria centrada nos contatos pessoais dos empresários das grandes cervejarias e a atuação política do Sindicerv, neste primeiro período, ocorreria de forma pontual e esporádica.

Ainda neste período inicial, as atividades rotineiras do Sindicerv eram centradas na negociação salarial entre empregados e empregadores. Além disso, o Sindicerv passou a ser o principal local de encontro de seus associados, funcionando como um centro de troca de informações e construção de alianças.

Entretanto, após este período de alinhamento de interesses entre Estado e indústria, com a mudança das lideranças, tanto no Estado, quanto nas organizações industriais, as entidades de grau superior do sistema corporativista passam por período de enfraquecimento. A partir de meados da década de 50, a representação de interesses, até então centralizada no sistema corporativista, torna-se mais complexa.

No período de 1964 a 1985, o sistema de representação política empresarial altera sua forma básica de funcionamento. Durante o regime militar, diante da descentralização dos processos decisórios da máquina estatal, a representação política empresarial passa a acontecer em nível setorial e, sobretudo, através de um sistema de alianças entre interesses de dentro e de fora do aparelho governamental, os *anéis burocráticos*.

O setor cervejeiro, que já tinha sua forma de representação política centralizada nas relações pessoais de seus empresários, sofre poucas alterações em sua atuação política. As atividades de representação de interesses pelo Sindicerv junto ao governo continuam ocorrendo de forma esporádica, como evidenciaria sua participação no Plano Nacional de Auto-Suficiência em Malte e Cevada, PLANACEM, na década de 70. O Sindicerv continua também com suas rotinas ligadas ao sistema corporativista, às quais é adicionada a função de negociação dos ajustes de preço no âmbito dos planos de combate à inflação.

No último período analisado, o quadro político-econômico nacional passa por profundas transformações. Com a redemocratização em 1985, o Congresso Nacional ganha importância e passa a ter posição central na comunicação entre Estado e empresariado.

No plano econômico, as reformas neoliberais da década de 90, ao promover a abertura do mercado nacional e a redução da participação do Estado na economia, promovem um aumento na concorrência no mercado nacional. A entrada de produtos importados, assim como a maior participação de capital estrangeiro na economia nacional, são os principais fatores responsáveis pelo aumento do ambiente concorrencial na economia brasileira.

O acirramento da concorrência promove uma depuração do mercado brasileiro e a década de 90 é marcada por intensa atividade de fusões e aquisições, muitas vezes com participação de capital estrangeiro.

O mercado de cerveja é fortemente impactado por estas transformações. Durante a década de 80, novos entrantes acirram a concorrência entre as cervejarias. Com a compra do controle da Brahma por investidores financeiros, o grupo GARANTIA, o setor assiste a uma escalada do processo de fusões e aquisições.

Diante do novo ambiente competitivo no setor cervejeiro, empresas menores buscam aumentar seu grau de competitividade pela via política. Em 1991, a cervejaria Kaiser filia-se ao Sindicerv e passa a desenvolver uma estrutura de lobby no âmbito da entidade, desestabilizando a estrutura de poder dentro do sindicato.

Em 1994, com o desafio de organizar uma representação unificada do setor cervejeiro nas negociações para a definição das normas do MERCOSUL, Antarctica e Brahma, incomodadas com a crescente participação da Kaiser no mercado e nas atividades do Sindicerv, aproveitam a oportunidade para propor a profissionalização da gestão do sindicato.

É criada a função de superintendente, o qual coordenaria as atividades ligadas à representação do setor nas negociações da formação do MERCOSUL. O setor cervejeiro sai vitorioso das negociações no MERCOSUL e o Sindicerv fortalecido como entidade representante do setor.

Concomitante a estas transformações, durante a década de 90, a sociedade brasileira passa a demonstrar maior preocupação com questões ligadas ao meio ambiente, segurança pública, saúde pública, dentre outras. Estas novas demandas da sociedade logo têm reflexo nas casas legislativas, que passam a apresentar proposições ligadas a estes assuntos. Com o aumento de proposições com impacto na atividade da indústria cervejeira, o Sindicerv, que agora contava com uma estrutura profissionalizada de gestão e já exercia atividades de lobby junto ao Congresso Nacional desde 1991,

amplia sua atuação e passa a atuar junto às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Assim, depois de um longo processo de adaptação de suas atividades de representação política ao contexto político-econômico nacional, o setor cervejeiro transforma seu sindicato patronal, ao final da década de 90, em uma entidade de lobby.

Sua forma original de atuação política, marcada por participações esporádicas e pontuais, passa a ter caráter permanente e atuação nas três esferas do governo.

A reconstituição da trajetória do Sindicerv, deste modo, auxilia na compreensão dos fatores determinantes para as transformações ocorridas na forma de representação deste setor e explora, de maneira bem próxima, a visão dos empresários sobre as formas de interação entre setor privado e Estado. As transformações observadas comprovam uma forma pragmática e adaptativa de atuação política dos empresários do setor cervejeiro.

Passamos a seguir, ao primeiro período analisado, 1930 a 1964, período no qual os industriais brasileiros define-se como classe e, principalmente, por meio dos mecanismos criados durante o governo Vargas, passa a integrar as arenas decisórias da máquina estatal; o setor cervejeiro assiste aos primeiros movimentos de fusão e aquisição, assumindo a partir de então a característica duopolista - com dois produtores com 80% do mercado - e o Sindicerv inicia suas atividades no seio do sistema corporativista.

2. O Início: 1930-1964

Com o objetivo de ilustrar o contexto do período histórico no qual o sistema corporativista foi implementado e o Sindicerv fundado, passaremos inicialmente à descrição do processo pelo qual os industriais definiram-se como grupo econômico politicamente organizado na década de 20 e iniciaram sua participação nas arenas decisórias das políticas públicas.

Feita esta introdução, passaremos à discussão da criação do sistema corporativista na década de 30 e 40 e a maneira como este sistema permitiu a rápida incorporação do empresariado industrial às arenas decisórias do Governo.

Por fim, ao chegarmos à década de 50, observaremos as reversões no até então bem sucedido sistema corporativista, o qual começa a sofrer um processo de fragmentação a partir de meados desta década.

Com relação ao mercado de cerveja, veremos uma breve descrição do início do processo de consolidação do mercado, com Antarctica e Brahma realizando suas primeiras operações de fusões e aquisições e consolidando sua posição de líderes do setor. Estas movimentações dão ao setor, já ao final da década de 50, seu aspecto duopolista. Nesta primeira fase já fica patente o poder político dos empresários deste setor, que dispunham de canais de acesso à alta burocracia do Estado.

Por sua vez, é então explorada a formação do Sindicerv e o início de suas atividades como membro do sistema corporativista e a grande influência exercida pelos grandes produtores sobre a entidade.

2.1. Contexto Político-Econômico: Formação da Elite Industrial Brasileira e sua inserção nas arenas decisórias

Até os anos 30 o Brasil tinha sua economia predominantemente formada pela produção agrícola voltada para a exportação¹, com a produção industrial correspondendo a apenas 20% do total do valor de produção conjunta da agricultura e da indústria (Bielschowsky, 1988).

Por não haver uma indústria nacional desenvolvida o suficiente para abastecer o mercado interno, a economia brasileira dependia fortemente dos recursos advindos da exportação de café para viabilizar a importação de produtos que atendessem à demanda interna.

Dentre as poucas atividades industriais realizadas no Brasil no início do século XX, as principais eram: têxtil, chapéu, fósforo, material de transporte e cerâmica.

Em 1929, com a quebra da bolsa americana e a conseqüente deflagração da crise internacional, as exportações de café, que já vinham enfrentando problemas nos anos anteriores, sofrem novo impacto e provocam forte desvalorização cambial.

A compressão do poder de compra da moeda nacional, causada pela desvalorização cambial, provocou a busca por alternativas ao consumo de importados, aumentando a demanda pelos poucos produtos nacionais, o que colocou maior pressão sobre os preços domésticos. O aumento dos preços, por sua vez, permitiu a elevação do lucro dos industriais brasileiros, o que atraiu novos investimentos para esta atividade.

Ocorria desta forma, o redirecionamento dos investimentos do capital nacional, ou na consagrada expressão de Celso Furtado, o “deslocamento do centro dinâmico” da econômica brasileira. (Furtado, 1970)

Deste modo, foi no contexto de crise internacional e exaustão do sistema primário-exportador, que a indústria brasileira sofreu seu primeiro grande impulso.

De fato, durante a década de 30 a indústria nacional cresceu consistentemente acima da produção agrícola, crescendo a uma taxa média de 10% ao ano. Ao final da década de 30 a indústria já respondia a 40% do total do valor da produção conjunta entre agricultura e indústria. (Bielschowsky, 1988).

¹ Modelo primário-exportador, na expressão cunhada por Maria da Conceição Tavares

Inserção da Elite Industrial nas Alianças de Poder

Ao final da década de 20, a nascente burguesia industrial já iniciava sua identificação como grupo autônomo, assumia posições independentes dos demais grupos econômicos e pouco a pouco aumentava sua capacidade de exercer pressão política.

A crescente articulação política dos industriais era diretamente ligada ao surgimento de importantes líderes industriais, cuja participação seria determinante na forma de atuação política dos empresários até meados do século XX. Dentre estas lideranças, destacaram-se Jorge Street, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi; industriais que defendiam o protecionismo e o papel intervencionista do Estado na economia². (Leopoldi, 1998)

“Para a indústria, a década de 20 significou um aumento da demanda por bens de consumo, mas também uma redução da proteção tarifária em virtude da ofensiva dos países industrializados para reconquistar mercados findo o conflito mundial.” (Leopoldi, 1998, pag. 9).

Movidos pela necessidade de lutar pela proteção tarifária, os industriais criaram novas organizações. Paralelamente ao já tradicional CIB (Centro Industrial Brasileiro)³, foram criados o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP (1928) e o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (1930).

Tais organizações, apoiadas em suas expressivas lideranças, conseguem que o governo implemente política de estabilização cambial, protegendo a indústria nacional da desvalorização da moeda nacional. A indústria têxtil, que mais sofrera com as reduções tarifárias no período, conseguiu ainda que as taxas alfandegárias para o setor têxtil fossem elevadas. Estas conquistas revelam o aumento gradual da influência dos industriais nas políticas públicas da época. (Diniz, 1978)

A conquista de espaço político pela burguesia industrial significava o início da alteração na estrutura de poder da sociedade brasileira. Os industriais começavam sua inserção no esquema de alianças entre elite política, agrária e importadora.

À medida que a indústria crescia em importância política, o Estado respondia criando mecanismos de comunicação com o setor. No início do século XX, já havia

² Ideais retomados dos movimentos industrialistas do final do século XIX

³ Criado em 1904 a partir da fusão da SAIN, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, esta criada ainda no Império, com o Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro.

órgãos consultivos que viabilizavam esta comunicação, dentre eles o Conselho Superior do Comércio e da Indústria, criado por decreto presidencial em 1923 com a função de auxiliar o governo na formulação de políticas públicas de caráter econômico. (Leopoldi, 2000)

Ao final da década de 20, o nascente grupo de industriais conseguira tornar-se independente dos demais grupos, criando novas organizações e ampliando seu acesso às arenas de decisão do Estado.

Desenvolvimentismo e a Inserção do Empresariado pelo Sistema Corporativista

No contexto de crescimento da participação da indústria na vida política, no início do governo de Getúlio Vargas são desenvolvidos novos mecanismos de interação entre governo e setor privado.

Este movimento de aproximação do Estado ao setor privado tem sua origem na ideologia desenvolvimentista, que crescia neste período. Segundo esta ideologia o Estado seria responsável pelo planejamento e execução de um projeto de industrialização integral, através do qual o Brasil deixaria de ser subdesenvolvido. (Bielschowsky, 1988).

Segundo Bielschowsky, neste período inicia-se a consolidação de quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista:

- a. “consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado;
- b. consciência da necessidade de instituir mecanismo de centralização de recursos financeiros, capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendia;
- c. aceitação da idéia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada, assim como o planejamento central;
- d. nacionalismo econômico. Acirra-se o sentimento antiimperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais“.

(Bielschowsky, 1988)

Com motivação nos ideais desenvolvimentistas, a partir da década de 30 é construído todo um arcabouço de instituições de regulação e controle das atividades econômicas do país⁴.

Ainda em 1930, primeiro ano do governo Vargas, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No ano seguinte, através do decreto lei nº 19.770, foi implementada a primeira legislação sindical do país. Ela determinava que as organizações locais, fossem elas de trabalhadores ou de empresários, deveriam se organizar em sindicatos, estes em federações e as últimas em uma confederação.

Estas organizações deveriam ser aprovadas e controladas pelo Ministério do Trabalho. Em contrapartida, seriam concedidos canais de acesso às arenas decisórias às entidades corporativistas.

Além dos canais de acesso às arenas decisórias do Estado, a criação de sindicatos patronais pelos empresários também tinha o importante interesse em criar uma organização capaz de fazer frente à intensa sindicalização dos operários no período e os crescentes movimentos grevistas.

Movidos pelos incentivos citados, a CIESP, simpatizante dos ideais corporativistas, foi a primeira entidade a adaptar-se à legislação sindical. Outras entidades, com tradições liberais como o CIB, relutaram em aderir ao sistema corporativista, mas acabaram cedendo.

Com a adesão ao sistema corporativista, os empresários passaram a ter participação imediata em questões como a formulação da legislação trabalhista e definição de tarifas, as quais eram discutidas, respectivamente, no Ministério do Trabalho e na Comissão de Revisão de Tarifas do Ministério da Fazenda.

“A via corporativa beneficiou os industriais, abrindo-lhes canais no interior do Executivo, para que colaborassem na formulação de todo o aparato legal que regulou o trabalho, a sindicalização e a política industrial protecionista.” (Leopoldi, 1998, pág. 12)

Além do acesso ao poder executivo, foram criados mecanismos de inclusão dos representantes dos interesses privados também no poder legislativo. Na Assembléia

⁴ Dentre as principais podemos citar: o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1938); o Conselho Federal do Comércio Exterior – CFCE (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF (1937) a Coordenação de Mobilização Econômica – CME (1942), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CPPIC (1944) e a Comissão do Planejamento Econômico – CPE (1944).

Constituinte de 1933-34 foram destinados assentos para representantes das entidades classistas de cúpula. Para poder contar com seus representantes, os industriais criaram a Confederação Nacional do Brasil, contando com entidades de quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os industriais indicaram 11 empresários para a Assembléia Constituinte, os quais continuaram no Congresso até seu fechamento em 1937, permitindo aos industriais próxima participação na discussão das proposições legislativas do período.

A inserção dos representantes dos industriais nas arenas decisórias do legislativo e do executivo, aliado às tendências desenvolvimentistas do governo, possibilitou alinhamento dos interesses entre Estado e empresariado. Este alinhamento permitiu a rápida recuperação da indústria pós crise de 1929.

Gráfico 1: Taxa anual de crescimento: produção industrial no Brasil 1920-45

Fonte: IPEA DATA

O crescimento acentuado observado na década de 30, média de 11,3% a.a., corrobora o efeito positivo do alinhamento entre Estado e empresariado, ainda que este crescimento não possa ser atribuído a este motivo isoladamente.

Desta forma, a criação do sistema corporativista na década de 30 permitiu a rápida inserção do empresariado industrial nas arenas decisórias, o que, aliado ao interesse do governo em desenvolver a indústria nacional permitiu um estreito alinhamento de interesses entre governo e indústria.

Estado Novo

Com a Constituição de 1937, novas diretrizes foram estabelecidas para o sistema corporativista. As novas diretrizes buscavam reduzir seu viés regionalista, e pretendiam transformá-lo numa estrutura verticalizada, com entidades setoriais por ramos de atividade, envolvendo a formação de múltiplas federações e confederações por cada setor de atividade.

Em 1939, através de um decreto-lei, o governo regulamentou as determinações da nova constituição, estabelecendo a verticalização do sistema corporativista. Os empresários paulistas e fluminenses, liderados por Roberto Simonsen e Jorge Street, temerosos do efeito que isto teria sobre a hegemonia da indústria do sudeste sobre as demais regiões, mobilizaram a classe empresarial e conseguiram promover modificações no decreto para que a legislação permitisse a organização do sistema corporativista em bases regionais (sindicatos organizados em federações estaduais).

Além disso, cautelosos diante do regime ditatorial de Vargas, que poderia decretar a extinção do sistema corporativista a qualquer momento, passaram a defender a existência de um sistema dual, que contaria com entidades oficiais ligadas ao sistema corporativista, mas também com organizações paralelas. As entidades oficiais seriam as interlocutoras do governo, enquanto as paralelas poderiam atuar com maior liberdade longe do arbítrio do Estado. (Leopoldi, 1998)

Nesta linha, os empresários paulistas e fluminense criaram entidades oficiais do sistema corporativista, a Federação dos Sindicatos da Indústria do Distrito Federal (FSIDF) e a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), mas mantiveram suas entidades privadas em funcionamento, FIRJ e FIESP. Esta forma dual de atuação, como veremos nos próximos capítulos, tornar-se-ia o padrão de atuação política empresarial no Brasil.

Assim, ao longo da década de 30, não apenas os empresários ampliaram sua atuação política, como iniciavam a estruturação de uma forma híbrida de representação de interesses contando com entidades integradas ao sistema corporativista e entidades paralelas a este. Estas entidades atuavam de forma complementar, com os empresários recorrendo a uma ou outra, conforme sua conveniência.

É neste contexto, que, após os decretos de 1940 e 41 regulando as leis trabalhistas de acordo com os pleitos dos empresários em torno de um sistema de representação regionalizado, é instituída a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT

(1943) e nela consolidados os decretos que criaram os mecanismos de representação dos empresários, o sistema corporativista⁵.

“O sistema corporativo de intermediação de interesses representou, na transição da ordem agrária para a sociedade urbano-industrial, a abertura de novos espaços políticos para a classe empresarial em formação, permitindo-lhe uma inserção direta no aparelho de Estado”
(Diniz, 1992).

O Sistema Corporativista

O sistema corporativista foi estruturado em organizações distribuídas por três níveis: Sindicatos (associação de empresas), Federações (associação de sindicatos) e a Confederação Nacional da Indústria, congregando as federações.

A indústria, que lutara pela manutenção de um sistema representativo de interesses regionalizado, estruturou suas organizações corporativistas, conforme gráfico abaixo:

Figura 1: Estrutura do Sistema Corporativista – Indústria

Organograma

⁵ As regras que regem a organização sindical no Brasil estão reunidas sob o título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os Sindicatos podem ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. No entanto, é proibida a constituição de mais de um Sindicato para uma mesma categoria econômica em uma dada base territorial. Este último ponto é conhecido como unicidade sindical e, na prática, garante o monopólio de representação de uma determinada atividade econômica dentro do sistema corporativista.

Os recursos financeiros para a manutenção das atividades dos Sindicatos são oriundos de duas fontes:

- a) as contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, sob a denominação de contribuição sindical;*
- b) as contribuições dos associados, na forma estabelecida no estatuto da entidade;*

Fonte: art. 548 – CLT

As contribuições sindicais são obrigatórias, tanto para empregados como para empregadores. Seu recolhimento ocorre anualmente e, para os empregadores, o valor é determinado, de maneira progressiva, com base em seu Capital Social.

A filiação das empresas aos sindicatos não é obrigatória, no entanto, para que um sindicato seja reconhecido como o representante de uma determinada atividade econômica, este precisa contar com a filiação de, pelo menos, 1/3 das empresas legalmente constituídas na determinada atividade econômica⁶. Todos os afiliados são obrigados a pagar mensalidades (contribuição dos associados) e o valor de tais mensalidades é estipulado pela própria entidade em seu estatuto. Como benefício pela filiação, as empresas têm acesso a serviços exclusivos.

Quanto às federações e confederações, a remuneração destas tem origem na contribuição sindical, sendo o rateio desta da seguinte forma:

60% para o sindicato
15% para a federação
5% para a confederação
20% para a “Conta Especial Emprego e Salário” do governo federal

⁶ CLT: Art. 515 – “As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como Sindicatos: a) reunião de 1/3 (um terço), no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de associação de empregadores...”

Além disso, as federações estaduais da indústria e a confederação nacional da indústria contam ainda com a verba referente à administração do sistema “S”, sendo esta a fonte mais significativa para a indústria.

O sistema “S” iniciou-se com a criação do SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942 e com o SESI, Serviço Social da Indústria em 1946.

Os recursos para manutenção do SESI e posteriormente das demais instituições que comporiam o sistema “S”, eram originados de uma parcela da folha de pagamento das empresas. Com isto, a CNI, que antes contava apenas com os repasses dos sindicatos, contava agora com os recursos do sistema “S” que, sendo volumosos, permitiam não somente a manutenção do sistema “S”, como auxílio no desenvolvimento de outras atividades na CNI, como áreas de pesquisa e assessoria de imprensa.

Fim do Estado Novo

A criação do SESI ocorreu em resposta aos intensos movimentos grevistas ocorridos no início do governo Dutra. Ao final do Estado Novo, a elevada taxa de inflação e o crescimento do Partido Comunista Brasileiro, estimulavam mobilizações operárias por todo o país.

Após quinze anos sem eleição, em um contexto de início de guerra-fria e a conseqüente tensão entre capitalismo e comunismo, a classe operária era alvo de atenção por parte do Partido Comunista Brasileiro e por parte dos industriais.

Sob o governo de Dutra, o movimento operário, sob influência do Partido Comunista, intensificou sua atividade promovendo uma série de greves pelo país. Os empresários, que dispunham de grande influência no governo, contando inclusive com o ministro do trabalho, o industrial da FIESP Morvan Dias Figueiredo, pediram que fosse declarado estado de emergência.

Em 1946, o presidente Dutra lança por decreto uma legislação restritiva às greves, tornando-as ilegais. Com a continuidade das greves o governo passou a reprimi-las, proibindo as associações de trabalhadores e intervindo nos sindicatos dos trabalhadores. 400 sindicatos tiveram suas lideranças depostas e seus cargos de diretorias ocupados por interventores nomeados pelo Estado. (Leopoldi, 1998)

Conforme mencionado anteriormente, a grande influência das federações e confederações era marcada pela ativa participação de grandes expoentes da indústria. Ao lado de Roberto Simonsen e Jorge Street, Euvaldo Lodi era um dos principais líderes industriais da época.

Com o contexto de instabilidade política, provocada pelo movimento operário em meados da década de 40, as eleições sindicais de 1946 e 1952 foram suspensas e Euvaldo Lodi permaneceu na presidência de CNI entre 1938 e 1954. Lodi dispunha de amplo acesso ao poder executivo, inclusive à presidência. (Leopoldi, 2000)

No entanto, durante o governo Dutra, as organizações industriais sofreram perdas importantes em suas lideranças, destacadamente com o falecimento de Roberto Simonsen em 1948 e Morvan Dias Figueiredo, em 1950.

Assim, no segundo mandato de Vargas (1950 a 1954) Lodi era o último líder industrial representante dos industriais que marcaram as décadas de 30 e 40, com posicionamento pró desenvolvimentismo e postura ativa na defesa dos interesses e ideais dos industriais.

A liderança de Lodi aproximava a indústria de Vargas, sendo este um período de excelente relação entre indústria e governo. Nas palavras de Schneider:

“Formal and informal access to Vargas and other government agencies was excellent” (Schneider, pág. 103, 2004)

Entretanto, ao final do governo Vargas, uma crise política obriga Lodi a deixar a presidência da CNI e FIESP. Após a sua saída em 1954, as organizações industriais mudariam seu posicionamento ideológico, principalmente deixando de ser defensora do protecionismo, como veremos a diante.

Na primeira metade da década de 50, a política de proteção à indústria era compatível com o grande referencial desenvolvimentista vigente na época, com o Estado atuando como ator responsável pela viabilização da indústria de base e infraestrutura do país.

Neste período inicia-se o planejamento das políticas industriais que seriam postas em prática ao longo da década de 50 por Vargas e JK. A formulação e implementação de tais políticas contou com a participação dos industriais.

Para o planejamento e implementação das políticas industriais, no governo Vargas foram criadas duas agências ligadas ao Ministério da Fazenda responsáveis em diagnosticar e elaborar planos de industrialização do país: a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* e a *Comissão de Desenvolvimento Industrial, CDI*.

A CDI era formada por subcomissões compostas por funcionários do alto escalão do executivo e industriais indicados por suas organizações. Em 1952 apresentado o Plano Geral de Industrialização formulado pela CDI. Este plano estabeleceu quais seriam as áreas teriam prioridade na atuação do governo: energia, metalurgia, indústrias químicas, indústria da borracha e de alimentos.

O início da operação da Petrobrás, em 1954, acentuou desentendimentos dentro das federações e da CNI quanto ao posicionamento da indústria diante da ideologia desenvolvimentista do governo.

A criação da Petrobrás recolocava em pauta debates sobre o monopólio estatal sobre petróleo e produção de energia elétrica e a respeito da participação de empresas estrangeiras nessas atividades. Grupos dividiam-se dentro das federações e CNI, com empresas ligadas a capital estrangeiro posicionando-se contrárias ao monopólio estatal e a exclusão das empresas estrangeiras dessas atividades, enquanto grupos ligados aos industriais tradicionais, herdeiros de Simonsen, defendiam a política desenvolvimentista do governo.

No entanto, com a morte de Simonsen e o afastamento de Lodi em 1954, as organizações empresariais atravessavam um período de transição. A nova geração de industriais, sob a influência de diretorias formadas por estrangeiros, apresentava perfil ideológico diverso da geração anterior. Com orientação neoliberal, manifestavam-se contrários à criação da Petrobrás e da Eletrobrás, assim como ao controle do câmbio pelo governo (Leopoldi, 1998)

Grupos de industriais da nova geração surgiam nas organizações empresariais principalmente no Rio de Janeiro. Com o afastamento de Lodi, a nova geração assumiu o comando da FIRJ, passando a defender o livre mercado, criticando o controle do câmbio e os monopólios estatais. A CNI, ao nomear como presidente Lídio Lunardi, inicia o padrão de nomeação de industriais de estados com menor expressão econômica. (Leopoldi, 1998)

As transformações ocorridas nas organizações de grau superior do sistema corporativista causariam o desalinhamento entre os interesses desenvolvimentistas de JK e a ideologia neoliberal da nova geração de líderes industriais. Desta forma, “*O espaço aberto no Executivo com a política industrial do governo JK seria ocupado por outras entidades industriais, que estavam nascendo: as associações paralelas*” (Idem, Ibidem, pag. 30)

A FIESP, também assistiria ao surgimento de uma nova geração de industriais, no entanto, continuaria apoiando o planejamento governamental e colaborando com os organismos do governo.

Com o intenso desenvolvimento industrial promovido pela administração de JK, concomitante às divergências internas na CNI, a FIESP e os sindicatos setoriais seriam chamados a participar da construção das políticas setoriais da indústria.

Neste período, o enfraquecimento das entidades de grau superior já era visível, com os industriais do sul e sudeste rejeitando a representação da classe pela CNI, presidida por lideranças nordestinas. Este enfraquecimento desestimulou a adesão de novos industriais ao sistema corporativista que passaram a criar novas organizações paralelas. Dentre elas podemos destacar: ABDIB (indústrias de base), ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), ABIFARMA (indústria farmacêutica) e a ANFAVEA (montadoras de automóveis).

Muitas vezes os presidentes dessas associações “eram os mesmos dos sindicatos corporativos, e suas relações com a FIESP muito positivas, mas preferiam a associação paralela para operar no interior dos organismos governamentais pela flexibilidade que elas ofereciam” (Idem Ibidem, pag. 32).

O sistema de representação empresarial passa a ter um aspecto híbrido, contando com entidades do sistema corporativista e organizações paralelas, ambas atuantes junto ao governo federal.

Com o enfraquecimento das entidades de grau superior, a relação entre Estado e setor privado migra para o nível setorial, com o governo estruturando planos setorizados contando com a cooperação do empresariado industrial de cada setor.

Algumas medidas do governo JK, entretanto, dividiam os industriais como a SUMOC 113, que estimulava a entrada de capital e bens de capital estrangeiros no país. Industriais prejudicados pela medida posicionavam-se contrários ao governo, enquanto os favorecidos pelos planos setorizados, mantinham-se favoráveis.

Desta forma: *“Enquanto as entidades tradicionais da indústria se ocupavam das políticas abrangentes do governo, as associações paralelas trabalhavam no interior dos grupos executivos e dos grupos de trabalho. Elas foram constituindo, pela prática, um novo padrão de ação política e empresarial. Foram também as entidades mais atuantes na formulação da política industrial nos governos Vargas e Kubitschek, tornando-se as interlocutoras entre os setores específicos e o governo.”* (Idem Ibidem, pág. 35)

O governo Jânio Quadros, herda o Estado endividado e com a economia enfrentando altas taxa de inflação resultante do crescimento acentuado do período anterior. Com a fragilidade da conjuntura econômica, as relações entre governo e setor privado se deterioram.

Diante de uma denúncia de má gestão de recursos da CNI, Jânio intervém na CNI e destitui seu presidente. Este procedimento seria repetido por João Goulart outras duas vezes provocando um desmantelamento do corpo técnico da entidade.

A partir de 1964, com o regime militar, novas intervenções ocorreriam, o que, aliado ao estilo decisório fechado dos governos militares, esvaziaram a capacidade representativa da CNI. (Idem Ibidem)

Novas formas de aliança Estado-empresário surgiriam durante o regime militar.

Conclusão

Com o colapso do sistema primário-exportador a indústria brasileira passa por período de forte expansão . Com o aumento de sua importância econômica industriais vão gradualmente conquistando maior representatividade política no decorrer das décadas de 20 e 30.

Neste período, o modo de produção capitalista, assim como a burguesia industrial, passam a ser aceitos pelo Estado brasileiro e sociedade em geral como um elemento importante para o desenvolvimento do país

Neste contexto, o governo de Getúlio Vargas consolida as leis trabalhistas e com elas consolida também o sistema corporativista, que passa a integrar o empresariado às arenas de decisão. No entanto, após um período inicial de bom funcionamento desta estrutura, suas entidades de grau superior perdem lideranças expressivas, como Roberto Simonsen, e passam por processo de perda de importância. O governo passa a desenvolver e implementar projetos desenvolvimentistas com o apoio direto de determinados setores industriais, trazendo as relações entre Estado e setor privado para o nível setorial.

É neste contexto que a indústria nacional cervejeira, cujos primórdios remontam ao século XIX, desenvolve-se como um setor produtivo. É também neste contexto que é criado o Sindicato Nacional da Indústria Cervejeira, o Sindicerv. Nas duas próximas seções, à luz desta contextualização, veremos os principais fatos do surgimento da indústria cervejeira, assim como a fundação do Sindicerv.

2.2. A Indústria da Cerveja: Início da Produção Nacional de Cerveja

A produção brasileira de cerveja começa em meados século XIX e desde então cervejarias multiplicaram-se por todo o território nacional, notavelmente na região sul e sudeste.

Segundo registros do Almanak Laemmert, durante a segunda metade do sec. XIX, foram criadas 54 cervejarias dentre elas a Cia. Antarctica (uma antiga produtora de presuntos que, em 1885, diante de uma crise de abastecimento de matéria prima, aproveita seu maquinário e passa a produzir cerveja); a Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia (fundada em 1888 por um imigrante suíço inconformado com a má qualidade da cerveja brasileira); Cervejaria Bavária (1892); Cervejaria Boehmia (1898, que incorporou todos os bens de sua antecessora, esta criada em 1853).

Neste mesmo período, algumas operações de incorporação e mudança de controle acionário já aconteciam com destaque para a Antarctica e Brahma, as quais, ao final deste século, chamavam-se, respectivamente, Companhia Antarctica Paulista S.A. e George Maschke & Cia. – Cervejaria Brahma.

O desenvolvimento do setor cervejeiro na primeira metade do século XX praticamente se resume ao histórico de Antarctica e Brahma.

Não há dados sobre a produção cervejeira deste período, no entanto, com os movimentos de fusão e aquisição empregados por Antarctica e Brahma, estas já consolidavam sua posição como as duas principais cervejarias do país.

A Cia Antarctica, já na primeira década do século XX tornou-se uma sociedade anônima e contava com aproximadamente 60 acionistas. Dentre eles, produtores de café, que investiam recursos na importação de maquinários na troca pela exportação de café.

Na década seguinte; a Antarctica, revelando sua predisposição a ser uma das grandes do setor, da continuidade ao seu processo de expansão por aquisições e compra sua principal concorrente, a Cervejaria Bavária. Nas décadas de 30 e 40, os acionistas da empresa entram em disputa pelo seu controle e, ao final, Walter Belian assume o controle da companhia em parceria com a família Bülow. (Santos, 2003)

Walter Belian e a família Bülow tinham relações estreitas com a máquina estatal. Adam Bülow fora cônsul da Dinamarca em São Paulo e tinha acesso direto ao próprio Getúlio Vargas. Walter Belian, bem relacionado socialmente, também contava com a

prerrogativa de acesso ao mais alto escalão da burocracia estatal, incluindo o presidente Juscelino Kubitschek.

Na década de 50, com o falecimento de Karl Bülow, representante da família Bülow na Antártica, Belian rompe o acordo que tinha com os Bülow e impede que o filho de Karl o suceda na diretoria. O fato provoca uma disputa judicial entre as famílias que só foi resolvida em 1960 no Supremo Tribunal Federal, com a vitória de Belian, que contava com o apoio do próprio Juscelino Kubitschek, então presidente. (Santos, 2003)

Para os propósitos deste texto, é relevante notar o grau de proximidade que os proprietários tinham com o Estado brasileiro, podendo recorrer a acesso direto ao presidente.

O contato das cervejarias com o Estado não ocorria de maneira casual e desorganizada. A Cia Antártica, sediada em São Paulo, já dispunha de um escritório de representação política no DF, através do qual articulava para que suas reivindicações fossem ouvidas. Do mesmo modo, a Brahma, sediada na própria capital, também exercia atividades de representação política junto ao executivo. (Sindicerv, 2008)

2.3. O Sindicerv: Fundação e Início das Atividades

Conforme discussão feita na seção 2.1., a implementação do sistema corporativista além de funcionar como um canal de comunicação institucional entre Estado e setor privado, regulava a relação entre trabalhadores e empresários, determinando que as discussões sobre condições de trabalho e remuneração acontecessem através das entidades do sistema corporativista. Estas características principais, dentre outras, motivavam a criação de sindicatos patronais pelos empresários. No setor cervejeiro não foi diferente.

Fundação e expansão do Sindicerv

Com a liderança do setor cervejeiro assumida por Antarctica e Brahma as duas cervejarias, que já exerciam atividades independentes de representação de interesses junto ao Estado, aderiram ao sistema corporativista em 1940. Até então, as atividades de representação de interesse eram exercidas pelas cervejarias por seus próprios funcionários, sendo que a Antarctica, uma empresa paulista, tinha escritório no antigo distrito federal para o exercício destas atividades.

O Sindicato da Indústria da Cerveja de Baixa Fermentação do Rio de Janeiro foi fundado em 1º de outubro de 1940, tendo como sócios fundadores:

1. Companhia Cervejaria Brahma
2. Companhia Antarctica Paulista

Em 1948, com o objetivo de promover a extensão de base territorial a todo o território nacional, uma vez que os sócios fundadores dispunham de unidades produtivas em diversos estados do território nacional, o Sindicato da Indústria da Cerveja de Baixa Fermentação do Rio de Janeiro é transformado em Sindicerv, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, segundo registro junto ao Departamento Nacional do Trabalho que concede a concessão da atuação em bases nacionais, em 27 de novembro de 1948.

Importante ressaltar que, como vimos, o sistema corporativista foi estruturado com os sindicatos atuando em bases municipais e estaduais e que estes seriam reunidos sob uma federação estadual que representasse seus interesses, de forma consolidada,

junto a uma confederação. No entanto, o artigo 517 da CLT⁷, concede a prerrogativa de, em caráter excepcional, ser permitida a representação nacional, desde que conte com a anuência do poder executivo.

A atuação nacional de Antarctica e Brahma, com fábricas distribuídas por todas as regiões do país, justificava a representação de interesses também com abrangência nacional, o que lhes garantiu a concessão do Ministério do Trabalho.

Ampliação do Número de Associados

Os anos iniciais do Sindicerv ocorrem justamente no período considerado o auge no sistema corporativista, caracterizado pelo bom relacionamento do governo com o setor privado, principalmente no segundo governo de Vargas, entre 1950 e 1954.

Desta forma, logo na primeira década de seu funcionamento, o Sindicerv incorporou quinze novos associados, representando praticamente a totalidade da produção nacional de cerveja, uma vez que as maiores cervejarias do país eram suas associadas. (Sindicerv, 2008)

3. Companhia Progresso Indústria Brasileira de Bebidas (SP – não disponível)
4. Cia. Cervejaria Adriática (PR -1919)
5. Cervejaria Catarinense S.A. (SC – 1937)
6. Cervejaria Bavária S.A. (SP – n.d.)
7. Companhia Paulista de Cervejas Vienenses (SP – n.d.)
8. Cervejaria Columbia S.A. (SP – 1044)
9. Cia. Cervejaria São Domingos S.A. (SP – n.d.)
10. Cervejaria Leonardelli (RS - 1950)
11. Cia Cervejaria José Weiss S.A. (MG – 1950)
12. Cia Bohemia S.A. (RJ – 1898)
13. Cia Cervejaria Cayrú S.A. (R.J – n.d.)
14. Polar S.A. (RS - 1945)

⁷ **CLT Art. 517.** “Os Sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o Ministro do Trabalho poderá autorizar o reconhecimento de Sindicatos nacionais”

15. Cia Cervejaria Rio Claro S.A. (SP – 1945) – razão social alterada para Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A., sendo incorporada pela Cia Cervejaria Brahma.
16. Cervejaria Gazapina S.A. (RS – n.d.)
17. Cia Cervejaria Paulista (SP – 1913) – Posteriormente alterou sua razão social para Cervejaria Antártica Niger, tornando-se em 1998 Indústria de Bebidas Antártica do Sudeste S.A.

Para as fundadoras do Sindicerv, Brahma e Antarctica, o aumento do número de filiados, além de representar renda adicional para o Sindicato, através das mensalidades e participação nos eventuais rateios, significava aumento da legitimidade da instituição, o que conferia aos seus pleitos, maior credibilidade.

O Sindicato não dispunha de equipe técnica e, portanto, consistia apenas em uma sala com uma secretária. Sua diretoria era formada pelos dirigentes das empresas associadas, basicamente Brahma e Antarctica. Esta estrutura enxuta tornava os custos de manutenção diminutos, principalmente considerando a utilização das compulsórias contribuições sindicais, como veremos à frente.

Fatores Motivadores da Criação do Sindicerv

A criação do Sindicerv pode ser atribuída a quatro principais fatores:

1. Possibilidade de institucionalização das negociações entre empregados e empregadores, facilitando o controle de greves;
2. Utilização dos canais de acesso ao Estado para representação política criados pelo sistema corporativista;
3. Criação de um local oficial de troca de informações entre os empresários;
4. Redirecionamento dos custos já gastos com a contribuição sindical para outro sindicato patronal.

Negociação Salarial

Conforme descrito anteriormente, o período de 1945 a 1950 foi marcado por intensa atividade grevista dos trabalhadores. O governo Dutra utilizou a estrutura corporativista para controlar os movimentos grevistas intervindo em mais de 400 sindicatos de trabalhadores.

Neste contexto, o sistema corporativista ganhava importância para os empresários, que viam neste um mecanismo de controle e manutenção da ordem nas relações entre trabalhadores e empregadores.

Deste modo, os empresários eram motivados a ter participação próxima nos sindicatos patronais, ou até mesmo criar um para o seu setor de atuação. Sendo este o caso da indústria cervejeira.

Assim, à época de sua constituição, o Sindicerv tinha como principal função a negociação salarial.

As negociações salariais aconteciam nas delegacias regionais do trabalho, após alinhamento interno entre os associados (o que acontecia para ambos os lados, trabalhadores e patrões). O alinhamento entre as cervejarias ocorria em reuniões na sede do Sindicerv.

Acesso às Arenas Decisórias Via Sistema Corporativista

Embora o acesso ao Estado de forma institucional fosse um motivador importante para os empresários de maneira geral, a atuação do Sindicato como representante do setor junto ao governo, segundo relatos dos funcionários do Sindicerv, ocorria de maneira pontual. Ou seja, não havia mecanismos sistemáticos de representação do setor via Sindicerv junto ao governo, havia sim a disponibilidade de acesso ao governo pelos canais do sistema corporativista, os quais eram explorados quando assuntos concernentes ao setor entravam em pauta, como legislação trabalhista, regulamentação da produção e comercialização da cerveja, entre outros⁸.

Com o domínio das grandes cervejarias sobre o mercado e no próprio Sindicerv, a atuação política do sindicato se confundia com a atuação independente destas cervejarias. Adicionalmente, a expressiva influência política de que gozavam os dirigentes das grandes cervejarias tornava desnecessária, em muitos casos, uma associação representando o setor. Este, na figura de Brahma e Antarctica, já dispunha de canais de acesso privilegiados ao Estado.

Desta forma, o Sindicerv, com relação à representação dos interesses setoriais, funcionava para os associados, principalmente para seus fundadores, Antarctica e Brahma, como uma entidade legitimadora de seus pleitos. Colocando de outra maneira, os produtores, que antes não contavam como uma entidade que pudesse falar em nome

⁸ Os assuntos que provocavam atuação do Sindicerv junto ao Governo serão detalhados nas próximas seções

do setor, tampouco com um sistema que os integrasse de maneira institucionalizada às arenas decisórias do Estado, utilizavam vias de acesso ao Estado baseadas em contatos pessoais e colocavam seus pleitos em nome de suas próprias empresas. Com o Sindicerv, além de um local institucionalizado para seus encontros, podiam apresentar seus pleitos em nome do setor e de maneira institucional.

Da mesma forma, os produtores de cerveja passavam a dispor de uma via formal de acesso ao Estado, com as grandes cervejarias exercendo atividades de representação de interesses de forma individual, quanto lhes conviesse.

Local de Encontro e Troca de Informações

Outra importante função do Sindicerv era ser um local de encontro entre os associados. É necessário lembrar que, conforme descrito anteriormente, o setor era marcado pelo excesso de demanda. Esta característica tornava a concorrência entre as empresas uma disputa pacífica e muitas vezes com pactos de não agressão. Brahma e Antarctica, por exemplo, dividiram entre si os dois principais mercados do país: Rio de Janeiro ficou para a Brahma e São Paulo para a Antarctica.

Desta forma, a criação do Sindicerv por Antarctica e Brahma significava a institucionalização de antigas práticas, como a troca de informações entre os principais atores. Com o sistema corporativista a troca de informações, que já ocorria entre as cervejarias, passava agora a ter um “local de encontro” institucional possibilitando, além das atividades previstas pela CLT, como a negociação da base salarial, a discussão de outros assuntos, como impostos, proteção à indústria nacional via taxação de produtos importados e até mesmo informações sobre estratégia de mercado, tecnologias utilizadas, etc.

Redirecionamento do Imposto Sindical para Entidade Própria

Além das facilidades de acesso ao Estado, mecanismos de negociação salarial e servir como um local de troca de informações sobre o setor, outro motivador à criação do Sindicerv era o baixo custo de oportunidade de sua implantação. O sistema corporativista impunha a contribuição sindical como força de lei aos empresários. Caso empresários ligados a uma determinada atividade, como produção de cerveja, não dispusessem de um sindicato patronal para representação de seus interesses, teriam de contribuir para outro sindicato menos específico, como um sindicato patronal das bebidas, ou da indústria alimentícia.

O grande porte das cervejarias implicava em volumosas contribuições sindicais. Diante dos baixos custos que representavam a constituição de uma entidade própria, dada a estrutura enxuta, o redirecionamento das contribuições sindicais, até então pagas a outro sindicato patronal, viabilizaria, praticamente sem custos adicionais, a criação de um sindicato próprio.

Ao criar o sindicato patronal do setor cervejeiro, as grandes cervejarias passariam a contar com uma entidade exclusiva, onde poderiam articular seus interesses comuns (como já faziam) e usufruiriam, sem interferência de terceiros, das prerrogativas das entidades do sistema corporativista, como canais institucionais de acesso ao Estado e controle sobre a negociação salarial.

Conclusão

Diante dos claros incentivos criados pelo Estado para a criação de uma entidade de classe e premidos pelo contexto de movimentações grevistas, Antarctica e Brahma fundam em 1940 sua primeira entidade de representação oficial, que anos mais tarde, em 1948, seria transformada no Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Sindicerv.

Os principais incentivos para sua criação foram:

1. Negociação salarial;
2. Representação política oficial;
3. Local de troca de informações;
4. Redirecionamento da contribuição sindical para entidade própria.

Os produtores de cerveja, incluindo os pequenos, passaram a contar com uma entidade que lhes provia os benefícios de uma entidade do sistema corporativista e os grandes produtores, com uma alternativa às suas antigas formas de atuação política.

Marcado por uma forma de atuação política pontual e esporádica desde sua origem, em função das atuações independentes de seus grandes afiliados, o Sindicerv sofreria poucas mudanças em sua estrutura durante o regime militar, como veremos a seguir.

2.4. Conclusão

A industrialização brasileira teve seu início com o colapso do sistema primário-exportador. Diante do aumento de sua importância econômica, industriais passaram a buscar maior representatividade política nas décadas de 20 e 30. Neste período, o Estado brasileiro e, de maneira geral, a sociedade brasileira, aceitou a burguesia industrial e seu modo de produção (capitalista) como um elemento importante da sociedade.

Em resposta a esta transformação dos modos de produção na economia nacional o governo de Getúlio Vargas, durante as décadas de 30 e 40, desenvolveu e consolidou as leis trabalhistas e com elas consolidou também o sistema corporativista, que passou a ser um amplo mecanismo institucional de integração do empresariado às arenas de decisão. No entanto, após um período inicial de bom funcionamento desta estrutura, com o enfraquecimento das entidades de grau superior, a representação de interesses industriais ficou mais complexa, valendo-se principalmente de relações em nível setorial, o que estimulou a criação de organizações extra-corporativas, fazendo com que o sistema corporativista perdesse centralidade.

É neste contexto que a indústria nacional cervejeira, cujos primórdios remontam ao século XIX, desenvolveu-se como um setor produtivo. É também neste contexto que foi criado o Sindicato Nacional da Indústria Cervejeira, o Sindicerv.

A indústria cervejeira nacional surge no Brasil no século XIX e passa por grande crescimento na primeira metade do século XX, acompanhando o movimento de industrialização nacional, principalmente através da utilização de capital oriundo das atividades exportadoras (substituição de importação). Desde seus primórdios, o setor é marcado por operações de fusões e aquisições, que rapidamente formam dois grandes produtores: Antarctica e Brahma.

As grandes cervejarias são controladas por empresários influentes com amplo acesso às arenas decisórias da máquina estatal. Com a implementação do sistema corporativista e seu caráter obrigatório, os controladores de Brahma e Antarctica, que já articulavam seus interesses, em alguma medida, de forma conjunta, vêem no sindicato uma forma de institucionalizar e legitimar sua representação, sem incorrer em custos adicionais, pois já pagavam imposto sindical que seria redirecionado para o sindicato do setor cervejeiro.

Em 1948, estimulados por um contexto de intensa atividade grevista, criam o Sindicerv, o qual passam a utilizar como ponto de encontro formal para troca de informações e articulações setoriais. Nos anos seguintes, incorporam novas cervejarias ao Sindicato, as quais contribuem para a legitimação da representação do setor, muito embora a entidade fosse dominada por Brahma e Antarctica.

As atividades de representação de interesses do setor junto ao governo pelo Sindicerv eram esporádicas, uma vez que Brahma e Antarctica já empreendiam tais atividades de forma independente, reduzindo a necessidade de ações adicionais. A utilização do Sindicerv para a representação de interesses ocorria conforme a conveniência das grandes cervejarias, recorrendo ao Sindicerv quando necessitavam posicionar-se como representante de todo o setor.

Deste modo, nas décadas iniciais de sua fundação, o Sindicerv era voltado principalmente para a função de centralização da negociação salarial entre empregados e empregadores do setor cervejeiro. Os associados do Sindicerv o utilizavam ainda, como um local de encontro, onde poderiam trocar informações sobre o setor.

Na próxima seção, veremos que, com a perda da centralidade do sistema corporativista iniciada em meados da década de 50 e acirrada durante a ditadura militar, outras formas de comunicação entre Estado e setor privado ganham força.

Neste novo arranjo, o Sindicerv continuará a exercer suas funções dentro do sistema corporativista, atividades pontuais de representação de interesse e ainda incorporará outras funções, como negociação de ajustes de preços, o que, por um lado, reforçou sua posição como representante do setor.

No entanto, com o fortalecimento de Antarctica e Brahma, o Sindicerv é, por outro lado, enfraquecido, já que estas empresas passam a utilizar seus recursos individuais de acesso ao governo com maior frequência.

3. O novo arranjo: 1964-1985

O período de 1964 a 1985 é marcado pelo regime militar. Veremos que nos governos militares, com a centralização das decisões pelos tecnocratas, o perda de centralidade do sistema corporativista, que vinha ocorrendo desde meados da década de 50, é acirrada. Um esquema de alianças entre interesses da sociedade civil e do governo (anéis burocráticos) passa a ser a principal forma de comunicação entre Estado e sociedade.

Por outro lado, algumas medidas dos governos deste período, como as políticas econômicas de combate a inflação via congelamento de preços, trouxeram aos sindicatos novas atividades (e.g. participação na negociação dos ajustes dos preços).

Quanto ao mercado cervejeiro, o período é caracterizado pelo acirramento do processo de fusões e aquisições e a entrada de novos produtores, o que aumenta a concorrência no setor. No entanto, é na década de 90 (capítulo seguinte) que a concorrência entre as empresas atinge seu grau máximo.

O Sindicerv, como integrante do sistema corporativista, incorpora as atividades de negociação de ajustes de preço e participa, como elo integrador, das movimentações do setor ligadas às atividades de fomento à indústria nacional (e.g. Plano Nacional de Auto-suficiência em Cevada e Malte, PLANACEM).

3.1. Contexto Político-Econômico: Os Novos Canais de Acesso da Burguesia Industrial às Arenas Decisórias

Inserido em um contexto mundial de guerra-fria, os industriais brasileiros receberam o golpe militar de 1964 com manifestações de apoio e buscaram fortalecer seus laços com os militares. Como resultado diversos empresários foram convidados a ocupar quadros importantes no governo militar, incluindo os participantes do IPES. (Dreifuss, 1981)

A burguesia empresarial, que ao final do período da ditadura voltar-se-ia contra o regime militar, em 1964 acreditava que os militares iriam restituir o sistema democrático após derrubar Goulart.

No entanto, nem sempre para contentamento desta burguesia, os militares permaneceram no poder por 20 anos e promoveram mudanças na forma de integração da elite econômica às arenas decisórias do Estado. Veremos ao longo desta seção, como a relação entre Estado e empresários se desenvolveu durante este período (Schneider, 2004).

Com o aprofundamento do capitalismo brasileiro implementado pelos governos militares, ao final da década de 60 e início da década de 70, o país experimentou um forte crescimento econômico, o chamado milagre brasileiro: período de acentuado crescimento econômico baseado no modelo de “*desenvolvimento dependente-associado*”, o qual ocorria com financiamento externo e a dinamização das exportações. (Idem, Ibidem).

Com o bom desempenho econômico, o governo não tinha problemas para, através de sua intensa propaganda, manter seu regime pela repressão às demais questões políticas.

No entanto, a partir de 1974, com o fim do bom momento econômico e o prolongamento da permanência dos militares no poder, com seu regime burocrático-autoritário, que desagradava diversas frações da sociedade, começou a nascer um sentimento de “falta de legitimidade” do governo militar dentre diversos grupos de poder.

Com a disseminação deste sentimento pela sociedade brasileira, o governo passou a colocar forte ênfase no plano econômico, com o que esperava legitimar sua

permanência no poder. Assim, *“um ambicioso programa de ‘Brasil Potência’ passou a orientar as metas e a propaganda do governo”* (Cardoso, 1975)

O foco no desempenho econômico, fez com que emergissem dentro do regime, um volumoso corpo técnico voltado às medidas de fomento à economia e ao desenvolvimento do país de maneira mais geral, os chamados tecnocratas. A elevada importância da questão econômica colocou os tecnocratas no centro das discussões políticas, ocorrendo uma inversão de papéis, com tecnocratas tomando as decisões, que seriam sancionadas pelos políticos. (Idem, Ibidem)

Com o Congresso à margem das decisões, *“a capacidade decisória escorregou, mais e mais para o automatismo do ‘Sistema’.* Este, no aspecto político-administrativo parece ter-se substantivado na ação de alguns altos funcionários de segunda linha e de limitada responsabilidade política” (Idem, Ibidem, pag. 203)

Como parte das decisões de caráter macro ainda eram tomadas pelos mais altos níveis do quadro do governo, este período foi marcado pela coexistência da *“centralização do processo decisório... ...com um acentuado grau de descentralização funcional dos órgãos de política econômico-financeira, observando-se aí a atomização de responsabilidades e áreas de competência e mesmo a superposição e duplicidade de órgãos e esferas decisórias...”* (Diniz, 1978)

As organizações de grau superior do sistema corporativista (federações e confederações), que passavam por processo de enfraquecimento desde meados da década de 50, conforme explicado anteriormente neste texto, continuaram a perder importância diante da contínua fragmentação do sistema de representação de interesses. Esta fragmentação foi agravada com o processo de descentralização funcional dos órgãos governamentais e a emergência da burocracia tecnocrática, acima descritos.

Quanto a descentralização do poder decisório dentro do Estado, entrevistas realizadas em estudo de 1978 conduzido por Eli Diniz, mostram que os empresários a percebiam como uma questão complexa e multifacetada. Por um lado compreendiam que, ao dificultar a ação conjunta da indústria, a descentralização aliviava a pressão desta sobre o governo central quanto às decisões globais. Por outro lado, a abertura de diversos canais de contato, permitia um próximo relacionamento no nível setorial, o que, naturalmente, agradava à burguesia industrial.

Deste modo, embora houvesse reclamações por parte dos industriais quanto à falta de centralização de determinadas decisões, estes, receosos quanto a um possível

revés no bom relacionamento setorial conquistado, ficavam inibidos a pleitearem alterações na relação Estado-indústria. (Diniz, 1978)

Diante desta situação, os empresários assumem postura pragmática. Preocupados em evitar alterações repentinas na política de relacionamento entre Estado e empresários, estruturam suas operações de representação superando os obstáculos através da utilização dos canais já existentes (ou até mesmo criando novos canais, como veremos adiante) sem formalizar junto ao governo descontentamento quanto aos mecanismos de representação. Mesmo porque, parte deles estava satisfeita com o arranjo de canais de representação formado.

Corporativismo x Associações

Dentre os canais que sofreram alterações neste período, é possível observar um expressivo aumento das associações extra-corporativas:

Gráfico 1: Criação de organizações de representação de interesses – Industriais

No. de entidades

Fonte: Diniz & Boschi, 2004

Conforme o gráfico, a partir da década de 70 ocorre um aumento expressivo do número de associações criadas, validando a tese de que os empresários buscavam formas alternativas de representação de interesses.

Ainda com base nas entrevistas do estudo de Eli Diniz (1978), empresários justificam a crescente utilização de associações com base nas vantagens que estas

apresentavam em relação às organizações do sistema corporativista. Por exemplo, enquanto no sistema corporativista não era possível a representação inter-setorial dentro de um mesmo sindicato, as associações possibilitavam a junção de organizações de diversos setores sob uma mesma entidade.

Assim, com a crescente fragmentação do processo decisório, aprofundada pelo regime burocrático-tecnocrata dos governos militares, empresários tinham incentivos para levar seus pleitos de maneira pontual, travando negociações sobre assuntos setoriais. Como as associações extra-corporativas apresentavam características mais apropriadas para a organização de interesses de determinado grupo, principalmente para aqueles que extrapolavam limites setoriais mas não eram amplos o suficiente para serem defendidos por federações ou confederações, houve rápido crescimento desta forma de representação durante o regime militar. Abaixo algumas das características de cada um dos tipos de organização:

Quadro 1: Comparação Entre Características dos Sindicatos e das Associações

Principais Características		
	SINDICATOS:	ASSOCIAÇÕES:
Recursos Financeiros	1. Recursos financeiros garantidos por lei: contribuição sindical e mensalidades dos filiados	1. Recursos advindos dos associados por pagamento de mensalidade
Representação	2. Monopólio sobre a representação de uma determinada atividade econômica na mesma região territorial. Não é permitida a representação de empresas que atuem em setores diferentes.	2. Pode associar empresas com atuação em atividades econômicas não relacionadas (diferentes setores).
Funções	3. Monopólio sobre determinadas funções definidas institucionalmente: negociação salarial (dissídios), negociação de ajustes de preço (quando aplicável).	3. Não possui vínculos institucionais com o Estado. Podendo, entretanto, ser, eventualmente, reconhecida como representante de um determinado grupo.

Para além das características institucionais de cada tipo de organização, o empresariado também as distinguia pelo seu grau de envolvimento com seus associados. Sobre este ponto, consideravam que a estrutura das associações, sem algumas das restrições do sistema corporativista, permitia que dispusessem de um corpo técnico mais especializado e que fossem mais próximas de seus associados. Outro elemento

diferenciador é a maior agilidade das associações, o que pode ser justificada como um reflexo da estrutura dependente das mensalidades cobradas que, precisando garantir o fluxo de recursos, apresenta maior empenho na execução de suas tarefas. Tais características permitiam aos empresários perceber os sindicatos como uma organização com atuação menos profissionalizada, voltada para as articulações políticas dentro do sistema corporativista, enquanto as associações eram vistas como organizações que atuavam de forma pragmática.

Cabe ressaltar que alguns autores compreendem as associações, por exigirem mobilização de recursos financeiros e humanos adicionais aos já comprometidos com o sistema corporativista, como um mecanismo cujo acesso é facilitado para as grandes empresas. Esta característica faria, em muitos casos, com que pequenas empresas tivessem sua representação política restrita aos sindicatos enquanto as grandes empresas contariam com canais de acesso adicionais. (Diniz, 1992)

Apesar do expressivo aumento do número de tais associações e das diferenças entre os dois tipos de organização citados, os sindicatos não foram esquecidos. Os empresários encaravam estes dois tipos de organização como complementares e utilizam uma ou outra, conforme o contexto. Assim, tanto as articulações políticas dentro do sistema corporativista, quanto as atividades ligadas às regulamentações da CLT, como o já citado exemplo da negociação salarial, ocorriam nos sindicatos. Por sua vez, atividades englobando mobilização de diferentes grupos econômicos, que precisassem ser realizadas de forma pragmática, sem as amarras características ao sistema corporativista, eram empreendidas pelas associações.

No entanto, o distanciamento do regime burocrático-autoritário era tal, que mesmo com a criação de associações extra-corporativas, os empresários não conseguiam manter o padrão de relacionamento anterior. Isto os levou a buscar outros canais de acesso ao governo, como relações pessoais e alianças entre interesses de dentro e de fora do governo, os chamados “anéis burocráticos”.

Anéis Burocráticos e Relações Pessoais

Como vimos, em meados da década de 70, depois de prolongado período de crescimento econômico (1969-1974), o regime começou a sofrer os reveses de uma política econômica baseada no financiamento externo e na dinamização das importações que se mostrou insustentável no longo prazo.

Assistiu-se então à emergência de tecnocratas como personagens políticos, ocorrendo inversão dos papéis, com o presidente sancionando as decisões políticas dos tecnocratas. (Cardoso, 1975)

A centralização das decisões de caráter amplo pela burocracia do Estado - com o Legislativo renegado ao segundo plano - aliada à fragmentação funcional de órgãos formuladores de políticas públicas e a eliminação da participação de grupos da sociedade civil de arenas decisórias e consultivas dificultou a representação dos interesses do empresariado.

Diante deste quadro, empresários passaram a realizar alianças pessoais dentro do regime - ou apenas as aprofundaram.

“Entretanto, o regime não se constituiu apenas como um clube de funcionários, mais ou menos controlados – nas linhas mestras – pela corporação militar. Ele foi também um regime de empresas...”, na medida em que incorporou (cooptou) parte da elite econômica no regime. (Cardoso, 1975).

Sabendo da importância em responder às pressões sociais de determinados grupos da sociedade, o regime militar criou mecanismos de incorporação e cooptação política mais flexíveis do que os empregados no sistema corporativista, pelos quais passou a incluir determinados extratos da sociedade nos círculos de decisão.

Tais mecanismos constituíam uma complexa rede de canais e relações. Órgãos como o Conselho Monetário Nacional e a Comissão Interministerial de Preços constituíam algumas das arenas, *“...dentro do aparelho estatal, para a ligação entre os interesses dos setores privados e as políticas oficiais e para a barganha inter-burocrática... (trata-se) ...de círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado e setores das classes sociais”*.

Os membros pertencentes a este círculo compartilham *“...de um interesse específico que pode unir, momentaneamente ou, em todo caso, não permanentemente, um ‘círculo de interessados’ na solução de um problema”* comum, como defesa de uma política tarifária, uma legislação restritiva, etc. (Cardoso, 1975, pág 208)

A estruturação de tais mecanismos convinha para os funcionários e grupos envolvidos. Os tecnocratas, responsáveis pelo funcionamento do modelo de desenvolvimento industrial-associado, buscavam formar alianças com os principais grupos de poder econômico. Os últimos, por sua vez, detentores do grande capital e pertencentes aos setores profissionais de altas rendas, beneficiavam-se com o acesso privilegiado. Alguns exemplos de tais arenas são o Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Comissão Interministerial de Preços (CIP). (Celso Lafer, em Cardoso, 1975).

Esta forma de atuação afastava o regime militar de um regime essencialmente totalitário, uma vez que a integração de parcelas da sociedade lhe conferia ares de pluralismo, ainda que relativo.

Os anéis burocráticos, ao aproximar Estado e grupos de poder, retiravam importância dos partidos políticos, já que eram substituídos por estes mecanismos, os quais se mostravam mais flexíveis e ágeis do que uma estrutura democrático-partidária.

Importante notar que não se tratavam de Lobby ou tampouco uma adaptação do corporativismo. O primeiro implica na existência de governo e sociedade estruturados e separados, para que um exerça sua influência no outro. No corporativismo, ocorre a organização das classes, que colocam seus pleitos junto ao Estado. Nos casos dos anéis burocráticos, Estado e grupos econômicos se entrelaçam, promovendo um desenvolvimento-associado, cujo resultado interessa para todos os envolvidos na aliança. (Cardoso, 1975)

Reposicionamento Político da Elite Econômica Frente ao Regime Militar

Conforme descrito no início deste capítulo, em meados da década de 70, com a deterioração da situação econômica do país, empresários começaram a demonstrar descontentamento com relação ao regime militar. Ao final da década de 70, promoveram uma campanha de desestatização da economia, sendo esta a primeira manifestação aberta significativa de descontentamento do empresariado em relação ao regime militar. Ao final da década de 70 e início dos anos 80, as críticas do empresariado estenderam-se do campo econômico para o regime ditatorial como um todo.

Em junho de 1978, um documento assinado por oito proeminentes empresários, conhecido como documento dos oito, pedia o fim do regime militar. Ainda que este não possa ser um exemplo de uma ampla organização empresarial pelo fim do regime

militar, já que não contava com apoio explícito de outras organizações empresariais, como FIESP e CNI, o documento comprova o crescente descontentamento de empresários com o regime militar.

Apesar da existência de controvérsias a respeito dos motivos que impulsionavam os empresários para um movimento de oposição ao regime militar, fatores como a desaceleração da economia e principalmente a redução do espaço de intervenção política, experimentada pelos empresários no período, são fatores sobre os quais há consenso quanto a sua importância no processo.

Um extenso levantamento de dados sobre a opinião dos empresários da década de 80 (citado em Payne, 1994) sobre seu grau de influência nas decisões políticas mostra que estes sentiam que tinham perdido poder de influência na segunda década do governo militar.

Este contexto esvaziou as organizações empresariais, uma vez que os incentivos para organizar-se em torno da representação de interesses do grupo foram amplamente reduzidos. Empresários deslocaram investimentos de recursos financeiros e tempo das organizações setoriais para atividades de representação individual, uma vez que, a participação em “anéis burocráticos” e relacionamentos pessoais, provavam-se como a maneira mais eficiente do exercício de influência sobre o Estado. (Schneider, 2004)

Conclusão

No período de 1964 a 1985 a burocratização e tecnocracia do regime militar provocou a descentralização do processo decisório dentro da máquina estatal. Esta característica dificultava o relacionamento do Estado com as já enfraquecidas entidades de grau superior do sistema corporativista.

O sistema corporativista, que assistira a perda de importância de suas entidades de grau superior relativamente a organizações de nível setorial (oficiais ou paralelas), durante a década de 1955 a 1965, sofreria novo golpe com o regime militar.

A característica do regime militar de descentralização dos processos decisórios se impôs como uma nova dificuldade para as entidades de grau superior do sistema corporativista. A atuação fragmentada da burocracia estatal favoreceria, mais uma vez, a relação entre Estado e empresariado em nível setorial. Estes padrões de atuação,

estimularam a criação de organizações mais maleáveis, o que promoveu o crescimento do número de organizações extra-corporativas durante do regime militar.

Adicionalmente, ao longo do regime militar seriam desenvolvidas formas de relacionamento ainda mais fragmentadas, tratando-se de alianças entre interesses de dentro e de fora do governo, os *anéis burocráticos*. Este canal de comunicação consolidou-se como a principal forma de comunicação do Estado com o empresariado durante o regime militar.

No entanto, ao final da década de 70 e início da década de 80 os industriais, num contexto de perda crescente de influência política e crise econômica, passam a demonstrar descontentamento com o regime militar até apoiar abertamente a redemocratização. Em 1985, os militares deixam o poder.

3.2. Indústria da Cerveja: Acirramento das Fusões e Aquisições

Durante a segunda metade do século XX o consumo de cerveja já fazia parte do hábito do povo brasileiro, no entanto, na década de 70 o consumo per capita nacional ainda era muito abaixo da média dos países ocidentais, indicando grande potencial de crescimento. Este fato atraiu investidores nacionais e estrangeiros. (Sindicerv)

No início da década de 70, o então recém formado grupo de cervejarias européias, Skol, associou-se ao Grupo Scarpa (brasileiro) fundando as Indústrias Reunidas Skol/Caracu S/A no sul do país.

Em 1975, Walter Belian, controlador da Antarctica, faleceu, passando o controle da companhia para sua irmã, Erna Belian. A Cia Antarctica perde dinamismo e, sem promover modernização de seu parque industrial, vai aos poucos transformando-se em uma empresa lenta, sem agilidade para acompanhar a evolução do mercado. A falta de dinamismo pode ser interpretada como resultado da ausência de incentivos para uma gestão competente, dado o domínio que Antarctica e Brahma tinham sobre o mercado nacional. (Santos, 2003)

Em 1980 foi fundada a Cervejaria Kaiser por Luiz Otávio Possas Gonçalves, proprietário de engarrafadoras da Coca-Cola no Brasil. Nos anos seguintes a Kaiser busca apoio internacional e passa a ter como parceiras a cervejaria holandesa Heineken - auxiliando com suporte técnico - e a Coca-Cola Co., a qual entra na sociedade adquirindo 10% da Kaiser.

Apesar da entrada de novos investidores, o fato de Antarctica e Brahma continuarem seus processos de fusões e aquisições durante toda a década de 70 e 80, fez com que o mercado de cerveja continuasse altamente concentrado com Antarctica e Brahma detendo praticamente 80% do mercado nacional.

Suas confortáveis posições de liderança absoluta e de equilíbrio entre elas, não as estimulavam a explorar o grande potencial de crescimento do mercado brasileiro, potencial este indicado pelo ainda baixo consumo per capita de apenas 35 litros/ano⁹.

Este cenário de baixo desenvolvimento, que se refletia nos baixos investimentos em modernização de plantas e em novas tecnologias e na estagnação do consumo per capita, fez com que a indústria cervejeira brasileira se caracterizasse como uma indústria lenta em responder às tendências de mercado (alterações no gosto dos

⁹ Países com tradição no consumo de cerveja atingem consumo percapita de 150 litros/ano.

consumidores e no volume demandado), com plantas pequenas, com tecnologia antiga e com excesso de capacidade instalada. (Santos, 2003)

3.3. O Sindicerv: Fase das Negociações de Reajuste nos Preços: 1964 - 1985

Em um contexto de crescente utilização de outros canais de comunicação entre Estado e empresariado, principalmente os “anéis burocráticos”, o Sindicerv, com atuação política no período anterior caracterizada como pontual e esporádica, sofre poucas alterações em sua forma de atuação durante o regime militar.

As movimentações políticas do setor cervejeiro continuaram centradas nas ações independentes das grandes cervejarias, Antarctica e Brahma, as quais utilizavam esporadicamente o Sindicerv para a apresentação de seus pleitos.

A relativa perda de importância do sistema corporativista em prol de canais de comunicação pessoais foi percebida pelos empresários, o que reduziu o interesse destes em filiar-se aos sindicatos. Este comportamento também foi válido para os produtores de cerveja, resultando em queda no ritmo de conquista de novos associados pelo Sindicerv.

Enquanto nos dez primeiros anos de atuação o Sindicerv conquistara quinze associados, entre 1958 e o início da década de 80, apenas outras cinco associadas foram integradas ao Sindicerv:

18. Maltaria e Cervejaria Londrina (PR – 1955)
19. Cervejaria Corumbaense (MG – n.d.)
20. Cervejaria Serramalte (RS – n.d.) – Incorporada à Antarctica em 1995
21. Cervejaria Ruschel Ltda (RS – n.d.)
22. Cervejaria Paraense S.A. Cerpa (PA – n.d.) Cujas razão social foi alterada para Cerpa em 1994

Com relação às demais funções do Sindicerv, estas não sofreram alterações, continuando o sindicato a empreender as atividades de negociação salarial e atuar como centro de troca de informações sobre o setor cervejeiro.

A principal alteração na rotina do Sindicerv foi a inclusão de funções ligadas às políticas de combate à inflação implementadas pelo governo. A seguir, descrevemos a participação do Sindicerv nas atividades de controle de preços:.

Conselho Interministerial de Preços

Os altos índices de inflação registrados na década de 60, levaram o governo a implementar políticas de controle dos preços. Foram criados órgãos governamentais responsáveis pelo controle e reajustes dos preços. Tais órgãos comunicavam-se com o setor privado para calcular os ajustes devidos nos preços. O contato com os empresários ocorria através do sistema corporativista. Esta ocorrência trouxe mudanças nas atividades dos sindicatos patronais, incluindo o Sindicerv. (Mesquita, 2008)

O tabelamento de preços tem como marco a criação da Superintendência Nacional de Abastecimento, SUNAB, em 1962. Inicialmente, as políticas de controle de preço eram focadas no varejo e consistiam, basicamente, no congelamento dos gêneros de primeira necessidade e tinham caráter voluntário.

O governo, ao perceber que a tentativa de controle de preços sobre o varejo não surtia efeito, uma vez que os varejistas, com margens espremidas pelos aumentos infligidos pelos produtores, não conseguiam manter os preços estáveis, migra sua política de controles para os produtores.

Em fevereiro de 1965 é criada a Comissão Nacional de Estimulo à Estabilização de Preços – CONEP. Esta política era caracterizada pela tentativa de controle de preços através de estímulos fiscais, creditícios e cambiais às empresas, as quais deveriam, voluntariamente, comprometer-se a não elevar seus preços até o final do ano de 1965.

Com o registro da inflação no patamar de 90% a.a., o governo fracassa mais uma vez no combate à inflação e promove mudanças em sua política de controle de preços, as medidas de controle assumem caráter obrigatório.

Em outubro de 1966 é lançada a nova política de controle de preços que, embora fosse de adesão compulsória, também funcionava como um sistema de incentivos, dando liberdade aos produtores para escolher entre (1) o aumento de seus preços com pagamento de altos impostos e (2) o controle de seus preços com benefícios fiscais.

Este sistema também se mostrou ineficaz, o que levou o governo a endurecer ainda mais os mecanismos de controle de preço, com a criação do Conselho Interministerial de Preços, CIP.

A esta altura, o governo já não encarava as políticas de controle de preço como uma política que precisaria contar com a colaboração dos empresários, mas sim uma política que deveria ser imposta ao empresariado, pois entendia que era o dever destes controlar os preços. Sob esta lógica, são retirados os incentivos fiscais, os preços passam a ser controlados pelo CIP o qual concede permissão de aumento dos preços

mediante análise das planilhas de custo padronizadas que os empresários deveriam lhe apresentar.

As planilhas de custo deveriam comprovar que os custos envolvidos na produção estavam mais elevados e que, portanto, precisariam ser repassados ao preço final. O governo determinava que as discussões sobre os preços devessem ser feitas pelo sistema corporativista, o que agregou uma nova atividade aos sindicatos patronais: a estruturação das planilhas de custo padronizadas.

Assim, além das atividades de negociação salarial, promoção de encontros entre os associados e eventuais atividades de pressão sobre o governo, os sindicatos passaram a ser o centro das negociações em torno das planilhas de custo padronizadas.

A nova atividade não implicou em alterações na estrutura organizacional do Sindicerv, o qual continuou a atuar apenas com uma secretária e os diretores das empresas associadas, sem contar com corpo técnico próprio. As planilhas de custo eram geradas individualmente pelas empresas e, em reunião realizada no Sindicerv, era feito o alinhamento dos números para que se chegasse a uma planilha única do setor.

A planilha era apresentada ao CIP, o qual tinha 45 dias para dar seu parecer sobre a concessão ou não do direito a aumento dos preços dos produtores.

Ao final da década de 70, o CIP foi substituído pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços – SEAP, e, com os índices de inflação ainda elevados, a política de controle preços, independente do nível de rigor, mostrava-se ineficaz, e a SEAP, último órgão de controle de preços foi gradativamente perdendo importância.

Com a redução dos controles de preço, o Sindicerv volta a ter, como atividades rotineiras, apenas a (1) negociação salarial e (2) servir como ponto de encontro entre os associados.

Plano Nacional de Auto-Suficiência

Na década de 70, paralelamente às atividades rotineiras do Sindicerv, as principais cervejarias do país participaram de um plano para reduzir a dependência das cervejarias do malte e cevada estrangeiros, o PLANACEM, Plano Nacional de Auto-Suficiência em Malte e Cevada.

Vale ressaltar que as cervejas têm como matéria-prima básica o malte, produzido a partir da germinação forçada e controlada da cevada, sob condições especiais de umidade e calor. A cultura da cevada cervejeira foi introduzida no Brasil pelas próprias

cervejarias na década de 30. As maltarias, por sua vez, foram formadas por produtores rurais, principalmente cooperativas, e também por cervejarias.

Desta forma, com relação à principal matéria prima da cerveja, sua cadeia produtiva é formada pela (1) lavoura da cevada, (2) maltarias e (3) cervejarias. Os elos desta cadeia são intrinsecamente ligados, com alguns empresários atuando simultaneamente nos três elos.

Na década de 70, o malte produzido no Brasil atendia a apenas 25% da demanda interna sendo o restante importado. Neste contexto, o governo brasileiro, buscando reduzir o dispêndio de divisas com importação de malte e cevada, aliado às cervejarias nacionais, que, estrategicamente consideravam interessante dispor de produtores de malte e cevada mais próximos às suas fábricas, aliam-se e engendram o PLANACEM.

O PLANACEM, lançado em 1976 pelo Governo Federal, tinha como principal objetivo tirar o atraso (principalmente tecnológico) dos produtores nacionais em relação aos estrangeiros, reduzindo as diferenças na produtividade e qualidade entre a produção nacional e estrangeira. Com isso, esperava-se substituir o alto volume de importação, por produção nacional.

As principais medidas de incentivos adotadas foram:

1. Fomento à pesquisa de cultivares adaptados ao solo e clima brasileiro;
2. Distribuição ordenada de sementes;
3. Garantia de compra;
4. Prêmios por qualidade alcançada;
5. Construção de novas maltarias e silos.

Um importante item de apoio era a garantia de compra, pois estimulava o investimento dos produtores na aplicação de novas tecnologias, uma vez que o retorno do investimento era parcialmente garantido.

Embora não tenha atingido a meta da auto-suficiência até 1984, os incentivos provocaram ampliação significativa da capacidade interna de malteação e armazenagem, e a intensificação e diversificação de pesquisa, realizada então pela iniciativa privada.

Quadro 2: Produção Nacional de Malte e Cevada

Mil Toneladas

Produção Nacional de Malte de Cevada	
Ano	Toneladas (mil)
1970	60
1980	75
1990	310

Fonte: Sindicerv

O PLANACEM, por não contar com medidas de financiamento dos investimentos necessários à expansão da produção de malte, ficou centralizado nas cervejarias, as quais, além de maiores interessadas em uma produção nacional de qualidade e baixo custo, detinham os recursos para fazer frente aos investimentos necessários.

Dos poucos produtores independentes de malte e cevada (não ligados a cervejarias) nenhum promoveu novos investimentos impulsionados pelo PLANACEM. É o que relatou um antigo produtor de malte brasileiro ainda em atuação, John Landaman, da Maltaria do Vale:

*“Á época do PLANACEM, éramos muito pequenos, não tínhamos recursos financeiros para fazer frente aos investimentos envolvidos no plano. Também não nos fora oferecido recursos financeiros (crédito) que viabilizasse nossa participação. Os principais envolvidos no PLANACEM, por parte da iniciativa privada, foram as grandes cervejarias”.*¹⁰

John Landman

No mesmo ano da divulgação do plano, a cervejaria Brahma construiu a maltaria Navegantes – Porto Alegre, “adaptando com o que de melhor e mais moderno existia na época em termos de equipamentos”, como consta em documentos da empresa. Nos anos seguintes, construiu em Passo Fundo – RS, silos para armazenamento das safras nacionais. (Sindicerv)

A Cervejaria Antarctica, em sociedade com a Cooperativa Agrária Mista Entre-Rios – PR, construiu no município de Guarapuava-PR a Maltaria Agromalte com capacidade de maltear cerca de 100 mil toneladas de cevada cervejeira por ano. (Sindicerv)

¹⁰ Entrevista realizada com John Landman em 15 de junho de 2007

A observação da evolução anual das safras nacionais de cevada cervejeira na década de oitenta, evidencia o crescimento da produção e o final das quebras de safra, comuns devido às técnicas utilizadas:

Quadro 3: Produção Nacional de Malte e Cevada – Década de 80

Mil Toneladas

Produção Nacional de Malte de Cevada	
Ano	Toneladas (mil)
1980	75
1981	110
1982	99
1983	125
1984	77
1985	165
1986	186
1987	195
1988	142
1989	260

Fonte: Sindicerv

Mas por que o Plano Nacional de Auto-Suficiência em Malte e Cevada deixaria à margem os produtores nacionais de malte e cevada e beneficiaria as cervejarias? A resposta esta diretamente ligada ao tema central deste texto, a representação de interesses junto ao governo.

Como vimos, durante o regime militar, com a descentralização do processo de tomada de decisão pelo Estado (em função do crescimento da tecnocracia), o sistema de representação de interesse da indústria passou por um processo de fragmentação, tornando os canais oficiais de acesso do empresariado ao governo pouco eficientes. Para suprir a falta de comunicação entre Estado e setor privado, mecanismos alternativos ao sistema corporativista foram estabelecidos, dentre eles os *anéis burocráticos*.

Os *anéis burocráticos* envolviam um “‘*círculo de interessados*’ na solução de um problema”, com participantes da sociedade civil e do aparelho estatal. (Cardoso, 1975)

Os produtores independentes de malte e cevada não contavam com uma entidade própria para a representação de seus interesses¹¹ e, pequenos, não dispunham de

¹¹ Os produtores independentes de malte tinham como representante do sistema corporativista o Sindicato dos Produtores Rurais.

recursos (capital financeiro e humano) para empreender individualmente atividades de representação junto ao Estado.

As cervejarias, destacadamente Brahma e Antarctica, por sua vez, contavam com ambos: uma organização para representação de seus interesses, o Sindicerv, e tinham os meios para exercer pressão individualmente.

Brahma e Antarctica mantinham, no distrito federal, escritórios centralizando as atividades de representação de interesse junto ao governo desde que este era situado no atual município do Rio de Janeiro. Com a transferência da capital nacional para Brasília em 1960, estas cervejarias montaram escritórios no novo distrito federal para continuar suas atividades de representação de interesses junto ao governo.

Como vimos, ambas as empresas tinham como controladores empresários com acesso aos altos níveis da burocracia estatal, recorrendo, por vezes, até mesmo ao presidente da república.

O elevado grau de articulação política dos empresários cervejeiros possibilitou que estes, ao alinhar seus interesses de aproximação geográfica dos produtores de cevada e malte com os interesses do governo em reduzir o dispêndio de divisas com importação de bens (cevada e malte, no caso), conseguiu criar, na chave interpretativa de Cardoso, um *círculo de poder* que orquestrou o Plano Nacional de Auto-Suficiência em Cevada e Malte de forma a colocar as grandes cervejarias como principais beneficiárias.

A participação direta dos empresários, utilizando o Sindicerv apenas como local de articulação de seus posicionamentos e, possivelmente, como porta-voz em ocasiões específicas, é confirmada em entrevista com o atual Superintendente do Sindicerv, Marcos Mesquita:

“Os produtores tiveram participação ativa na formulação das medidas de incentivo do PLANCEM. O Sindicerv servia como ponto de encontro entre diretores, técnicos e funcionários das cervejarias, dependendo do assunto em pauta. Nestes encontros estruturavam seus pleitos e então os próprios representantes das cervejarias os encaminhavam ao governo, fazendo-o, ora em nome de suas próprias empresas, ora em nome do Sindicerv, conforme sua conveniência.” Marcos Mesquita¹²

O PLANACEM é um claro exemplo do que foi o regime de crescimento associado, com o governo incentivando o investimento em produção nacional. A integração dos empresários, no caso do PLANACEM, funcionava através dos círculos de poder, tendo como principais beneficiários os participantes de tais círculos.

A participação parcial do Sindicerv, por vezes sobrepujada por ações diretas das empresas, tal qual relatou Mesquita, também é emblemática do padrão de atuação política do Sindicerv desde sua fundação.

Embora não haja registros da participação direta do Sindicerv no PLANACEM, devido à falta de qualquer documento deste período, documentos registrados nos anos posteriores ao PLANACEM comprovam a participação do Sindicerv, pelo menos como local de debate entre os associados.

Em 1989, em um ofício enviado ao Sindicerv, a Cervejaria Brahma, informa que Brahma e Antártica, aderentes ao PLANACEM, vem comprando eventuais excessos de produção de malte de cevada. Neste mesmo ofício, esclarecendo que mantém tal política nas regiões em que atuam como produtores de malte de cevada, a saber, Paraná e Rio Grande do Sul, solicitam que os demais eventuais excessos de produção em outras regiões devem ser adquiridos por outras cervejarias.

“...no sentido de manter ativo o interesse do agricultor no plantio da cevada... ...garantimos a compra do excedente nacional existente em poder dos produtores.

Tal procedimento resultou na compra de cerca de 14 mil toneladas apresentadas como excedente da safra, não se cogitando, claro, de transferências de lotes já adquiridos por outras maltarias.

Consideramos essa aquisição, como já citado, um grande apoio ao produtor nacional, na medida em que não faz sentido tal produto ser adquirido pelo Governo.

Entendemos, outrossim, que quaisquer outros lotes porventura existentes, deverão ser adquiridos e malteados por outras empresas, pois, em nossa área de atuação garantimos, como sempre fizemos, a

¹² Entrevista realizada em 15 de Janeiro de 2008 com o Superintendente do Sindicerv, Marcos Mesquita

compra de toda e qualquer quantidade de cevada cervejeira de acordo com os padrões de qualidade contratados.”¹³

Este ofício é bastante revelador quanto à postura das grandes cervejarias em relação ao seu setor. Em primeiro lugar, é clara a postura de liderança que assumem em seu setor, expandido sua atuação para os demais elos da cadeia produtiva do setor cervejeiro.

Assim, o PLANACEM ilustra o papel político do Sindicerv, ora atuando como porta voz do setor, de acordo com relato de Mesquita, ora como intermediador dos interesses dos associados, conforme ofício acima.

¹³ Ofício enviado pela Cervejaria Brahma ao Sindicerv em 1989

3.4. Conclusão

Conforme vimos na análise do período anterior (1930 a 1964), o fato das grandes cervejarias contarem com controladores com acesso direto ao Estado e manterem atividades individuais de pressão sobre o governo, tornava a atuação política via Sindicerv esporádica e pontual, ocorrendo em casos específicos conforme a conveniência de seus associados. Neste sentido, o Sindicerv mostrava-se conveniente quando os pleitos apresentados ganhavam força por estarem respaldados na legitimidade da entidade como representante do setor e não de uma empresa específica.

No período analisado, a descentralização dos processos decisórios da burocracia estatal favoreceu a comunicação entre Estado e setor privado em níveis setoriais, assim como a formação de círculos de poder, os anéis burocráticos. Isto provocou a perda relativa de importância do sistema corporativista, principalmente de suas entidades de grau superior: federações e a CNI.

Ao mesmo tempo em que o sistema de representação de interesses dos industriais passava por transformações, as mudanças estruturais de ordem político-econômica ocorridas durante este período, afetaram drasticamente o perfil agrário da sociedade brasileira, transformando-a em uma sociedade urbano-industrial (Diniz & Boschi, 2004). Neste processo, o empresariado foi ganhando cada vez mais peso na estrutura de poder da sociedade brasileira e estabelecia contato com o Estado, sobretudo através dos anéis burocráticos.

Entretanto, as mudanças na forma de comunicação entre Estado e setor privado não trouxeram grandes alterações na forma de atuação do Sindicerv, uma vez que o setor cervejeiro já centralizava sua atuação política em contatos pessoais dos controladores das grandes cervejarias. O Sindicerv continuou com atuações pontuais e esporádicas, conforme ilustrado pela sua participação no PLANACEM.

Quanto à atuação esporádica das grandes cervejarias via Sindicerv, conforme vimos no período anterior, apesar de já contarem com estruturas organizadas de representação de seus interesses dentro de suas empresas, faziam uso do poder político que sua posição de liderança econômica lhes concedia para utilizar o sindicato como forma de legitimação de seus pleitos.

Com relação às atividades rotineiras do sindicato, este passou a agregar a função de elaboração e transmissão ao governo de planilhas de custos para justificar aumentos

de preço, conforme exigência dos planos de combate à inflação, realizados na década de 60 e 70.

Para além de sua importante função de intermediação da relação entre trabalhadores e empresários, o sistema corporativista apresentava outras vantagens que justificavam e reforçavam sua preservação.

Dentre as funções adicionais do sistema corporativista, a serventia das organizações corporativistas como interlocutor único do governo quanto em necessidade de contatar um ou mais setores específicos, era de extrema importância, tanto para o governo, como para os empresários.

Em ocasiões como os planos de combate à inflação, o governo recorria aos sindicatos patronais responsáveis pelos setores que gostaria de revisar os preços para realizar as negociações. Esta centralização do contato nos sindicatos viabilizava uma comunicação eficiente entre o governo e toda a estrutura produtiva do país.

Ao mesmo tempo, a manutenção do sistema corporativista também convinha aos produtores (principalmente os grandes, no caso da indústria cervejeira), que podiam colocar seus pleitos como uma demanda do setor.

Desta forma, o Sindicerv e o sistema corporativista, ainda que tendo passado por perda relativa de importância em prol de outras formas de comunicação entre Estado e setor privado, ainda se mantinha viável, por exercer a importante função de intermediação do relacionamento entre trabalhadores e empresários, mas também por guardar a função de canal eficiente de contato entre Estado e setor produtivo sempre que necessário.

4. Lobby como prática permanente: Pós 1985

4.1. Contexto Político-Econômico: Abertura do País

A partir da redemocratização, mudanças estruturais ocorreram no quadro político-econômico brasileiro. Além da promulgação da Carta de 1988, reformas neoliberais (principalmente os efeitos da abertura comercial e privatizações) também tiveram papel importante nas alterações estruturais. Dentre as alterações de ordem política, podemos destacar o fortalecimento do Poder Legislativo como uma das importantes mudanças pós Constituição de 1988.

Segundo Diniz e Boschi (2004) esta nova realidade trazia dois aspectos fundamentais: (1) o fim do protecionismo à indústria nacional e (2) uma nova dinâmica do processo decisório estatal.

Este quadro de reformas provocou uma reestruturação produtiva, alterando o tripé característico da política desenvolvimentista: equilíbrio entre a participação no mercado entre: Estado, capital nacional e capital estrangeiro.

Tais reformas terminaram por ter impacto também na estrutura de representação de interesses do empresariado principalmente por duas vias:

- Eliminação das arenas remanescentes de negociação entre sociedade e poder executivo
- Fortalecimento do poder Legislativo

Trata-se, no plano macro, da clara substituição do motor de desenvolvimento. O Estado, que durante todo o período desenvolvimentista ocupou a posição de maestro da regulação econômica e que contava, dentre outros, com o sistema corporativista como instrumento de sua orquestração político-econômica, com as reformas neoliberais foi substituído pela lógica de mercado.

Nesta nova realidade, associações e grupos de interesse passaram a ter maior importância, uma vez que passaram a ser parte integrante do “motor” de desenvolvimento.

Atuação Política do Empresariado ao Final do Regime Militar

Fazendo uso da legitimidade política que conquistaram ao lutar contra o regime militar, industriais passaram a ter participação política ativa no período de redemocratização. Aceitam cargos na administração pública, filiam-se a partidos políticos, participam de eleições e têm participação na constituinte. (Schneider, 1997)

Além de sua participação direta na esfera política, o empresariado apresentava movimentação mais intensa em suas organizações. No entanto, parte destas movimentações, ao trazerem demandas como revisão da política industrial nacional ou revisão das relações trabalhistas que não se encontravam dentre as prioridades do governo no início da década de 90, findaram por ter existência efêmera e pouca influência. Vejamos a seguir as principais organizações fundadas pelos empresários no período.

Na FIESP, pequenos empresários passaram a criticar o excesso de influência das grandes empresas, que se materializava no controle dos cargos executivos da instituição, ao mesmo tempo em que os grandes empresários sustentavam crítica na mesma direção, porém em sentido contrário: achavam que a estrutura de poder interna da FIESP estava desbalanceada em favor de pequenos empresários de sindicatos representantes de setores pouco expressivos, pois estes tinham o mesmo poder de voto que os sindicatos dos setores de maior peso na economia.

Fruto destes desentendimentos foram criadas duas associações empresariais: o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), com o objetivo de representar grandes industriais; e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), em defesa dos pequenos e médios empresários.

Enquanto os principais temas debatidos e defendidos pelo PNBE eram relações trabalhistas, corrupção e ética na política, pobreza e cidadania, o IEDI era focado no problema da ausência de uma política industrial clara para o país.

Embora nenhuma das organizações tenha tido influência significativa na formação de políticas públicas, estas organizações sugerem a inadequação de entidades como as federações para a defesa dos interesses de grupos minoritários. Ao mesmo tempo, a criação destas organizações paralelas, ilustra o processo de fragmentação do sistema de representação empresarial.

Por sua vez, líderes de organizações do sistema corporativista também tomaram medidas para aumentar seu grau de influência no Estado. Em 1987 foi criada a União Brasileira de Empresários com o objetivo de levar demandas dos empresários à

assembléia constituinte de 1988. Este movimento também teve curta duração. (Lamounier, 1992)

O baixo grau de influência destas organizações criadas na década de 80 (PNBE, IEDI e União Brasileira de Empresários), pode ser atribuído a diversos fatores. Schneider (2004) destaca alguns deles:

(1) O fato de o poder público ter trazido representantes da elite econômica para o governo fez com que estes, quando em necessidade de suporte (político ou técnico) para a tomada de decisão, recorressem ao seus contatos pessoais, evitando organizações como CNI, FIESP ou IEDI. Ao evitar estas organizações esquivava-se dos conflitantes interesses de seus membros.

(2) A falta de mecanismos institucionais de integração das organizações às arenas decisórias.

Deste modo, até o final da década de 80, a despeito do peso que os industriais passaram a ter na sociedade brasileira, estes ainda encontravam dificuldade de formulação de plataformas de teor abrangente. Sua atuação, em linha com o episódio acima descrito, era caracterizada por falta de aliança entre os diversos setores industriais e falta de vinculações orgânicas com partidos políticos, tornando sua atuação segmentada e pragmática (Diniz & Boschi, 2004).

Na década de 90, mudanças na orientação das políticas econômicas provocariam alterações estruturais no mercado nacional, exigindo a adaptação das formas de atuação política do empresariado.

Reformas Neoliberais

Na década de 90 reformas neoliberais promoveram mudanças estruturais nas características político-econômicas do país. “*A crise do modelo nacional desenvolvimentista e a transição para um modelo centrado no mercado constituíram a tônica desse período*” (Diniz & Boschi, 2003)

Tais reformas tinham como objetivo principal reduzir a participação do Estado na economia e integrar a economia brasileira ao mercado internacional. Dentre as transformações ocorridas, destacam-se a abertura comercial e o programa de

privatizações implementado ao final da década de 80 e aprofundado ao longo dos anos 90.

As transformações de ordem econômica tiveram impactos políticos profundos na organização do empresariado, tais como: reconfiguração dos atores, recomposição dos interesses e reorganização de suas estratégias de representação política.

Vejamos agora o impacto dos dois principais vetores de mudança: abertura comercial e desestatização.

Abertura Comercial

Os efeitos da abertura comercial sobre a economia nacional podem ser captados de diversas maneiras. O número de fusões e aquisições talvez seja um dos principais indicadores destes efeitos, uma vez que revela os impactos da abertura comercial sobre a configuração dos atores da indústria nacional.

Empresas com baixa eficiência, quando expostas ao competitivo mercado internacional tem sua operação negativamente impactada. Mesmo as empresas mais eficientes, sofrem com a concorrência estrangeira e buscam no ganho de escala uma arma para combater a exposição ao mercado internacional.

Ao ganhar escala as empresas nacionais, não apenas tendem a ganhar eficiência através da diluição de custos fixos, como passam também a apresentar posicionamento estratégico defensivo, contando com maior participação de mercado o que representa maior resistência à entrada de produtos estrangeiros.

Esta lógica concorrencial leva à aceleração do processo de fusões e aquisições, com as empresas mais eficientes adquirindo as empresas menos eficientes, as quais, com o impacto negativo da abertura comercial em sua operação, tem seu valor deteriorado o que desperta o interesse das empresas mais eficientes (compram barato).

No entanto, parte significativa dos movimentos de fusões e aquisições são empreendidos por empresas estrangeiras que conseguem transpor estratégias defensivas dos empresários locais ou estabelecem alianças com estes.

O crescente número de fusões e aquisições entre 1992 e 2000 indica que o mercado brasileiro passou por um processo de aumento da concorrência:

Gráfico 2: Operações de Fusões e Aquisições – Década de 90

No. de operações

Fonte: Diniz & Boschi, 2004

Os dados sobre operações de fusões e aquisições levantados pela KPMG e PwC, ainda que não idênticos, mostram tendência geral de aumento de tais operações durante a década de 90.

Desestatização

Os dados referentes ao volume de recursos captados com as privatizações indicam a intensificação destas atividades na década de 90 e, principalmente, indicam a forte presença de capital estrangeiro nestas operações:

Gráfico 3: Valor das Privatizações no Total de Fusões e Aquisições e Part. Estrangeira

Milhões de USD & %

Fonte: Diniz & Boschi, 2004

A retração da participação do Estado na economia, acompanhada do aumento gradual da participação de estrangeiros nas aquisições das estatais, aponta para a recomposição da propriedade das empresas, com aumento de capital estrangeiro em sua estrutura de capital em detrimento do capital nacional, principalmente estatal.

Estas transformações, embora simples de serem compreendidas: sai Estado entra estrangeiro, trazem consigo alterações, ao mesmo tempo, profundas e complexas na forma de atuação das empresas e, de maneira mais abrangente, na configuração do mercado nacional e de suas movimentações estratégicas.

A redução da participação do Estado e a conseqüente troca de controle das empresas resultam no aumento do número de executivos ligados a padrões internacionais de atuação, com perfil de atuação mais dinâmico, tornando as empresas mais ágeis, tanto do ponto de vista operacional quanto do ponto de vista estratégico.

Estas alterações tornam o mercado mais dinâmico e competitivo, o que, aliado à concorrência dos produtos estrangeiros, promove a depuração do mercado nacional, selecionando as empresas mais eficientes.

Apesar do processo de dinamização do mercado nacional, com relação ao desempenho macro da economia, as reformas neoliberais, com o rígido controle do câmbio através da manutenção de política econômica pautada por juros altos, tiveram efeitos negativos sobre o crescimento do PIB.

A década de 90 apresentou o pior crescimento médio das cinco últimas décadas:

Gráfico 4: Taxa Média de Variação Anual do PIB

Fonte: IEDI (2000)

Entre 1994 (Plano Real) e 1999 (maxidesvalorização) observou-se o declínio praticamente constante de todos os setores industriais:

Gráfico 5: Taxas de Crescimento da Produção Por Categoria de Uso

Fonte: Diniz & Boschi, 2004

O combate à inflação, ao implicar em políticas econômicas contracionistas, destacadamente as políticas de juros altos e câmbio valorizado, prejudicou a indústria nacional, uma vez que, em uma conjuntura de aumento do poder de compra pela valorização da moeda nacional, houve significativa substituição do consumo de bens nacionais por importados.

O gráfico das importações nacionais ocorridas no período corrobora este raciocínio uma vez que indica aumento significativo das importações:

Gráfico 6: Evolução das Importações Nacionais

Bilhões de Reais e Milhões de Ton

Fonte: Ministério do Desenvolvimento

Nos anos de 1994 a 1998 as importações nacionais apresentaram constante crescimento, saindo do patamar de US\$ 20 bilhões para US\$ 60 bilhões. Em 1999, com a maxidesvalorização este número recuou para US\$ 50 bilhões.

Assim, é possível afirmar que as reformas neoliberais colocaram a indústria nacional à prova, ao permitir a entrada de produtos estrangeiros e de capital estrangeiro nas empresas nacionais, aumentando a concorrência doméstica e internacional. Isto levou a uma depuração da indústria nacional, selecionando aquelas em condições de concorrer com o mercado internacional.

Congresso Nacional

Com a redemocratização o Congresso Nacional passou a ter papel de destaque. O processo de transição para a democracia, reformas constitucionais para viabilizar as reformas neoliberais e outras mais recentes como a reforma tributária, mantiveram a atividade parlamentar em alta.

No entanto, desde o governo Sarney o poder Executivo vinha utilizando instrumentos que deslocavam para si o foco no eixo de poder. As Medidas Provisórias, adaptações dos antigos Decretos-Lei do regime militar, configuravam o principal instrumento de transferência de poder do Legislativo para o Executivo¹⁴.

O uso em excesso destes instrumentos enfraqueceu o poder do Legislativo, no entanto não impediu que este exercesse papel central nas arenas de negociação entre sociedade civil e Estado.

Esta centralidade é intrinsecamente ligada ao processo de restrição adicional aos canais de acesso institucionais à representação corporativa, promovida pelo executivo à época do desmantelamento do Estado desenvolvimentista.

A característica centralizadora do poder executivo e de enclausuramento de sua burocracia, que limitava sua abertura às pressões da sociedade, ao eliminar seus canais de contato com o sistema corporativista, levou os empresários a direcionar suas demandas ao Legislativo, seja pelas antigas estruturas corporativistas, seja por associações extra-corporativas.

Foi neste contexto que as organizações empresariais reestruturaram sua forma de atuação política.

¹⁴ Para uma ampla discussão do tema, consultar a obra FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

Organizações Empresariais e as Reformas Econômicas

Diante do novo cenário político-econômico, as organizações empresariais não apenas buscaram adaptar seus modelos de administração para encarar a concorrência internacional, como também buscaram aumentar suas vantagens competitivas estruturando novas formas de atuação política.

A tendência de exacerbação da atuação do empresariado via associações extra-corporativas em complementaridade ao sistema corporativista que vinha ocorrendo desde meados da década de 70, continuou até a década de 90.

Conforme abordado anteriormente neste texto, as associações extra-corporativas são vistas pelos empresários como associações mais dinâmicas e pragmáticas do que as organizações do sistema corporativista. Considerando o cenário de busca por eficiência, imposto pelas transformações conjunturais da década de 90, a continuidade do aumento das organizações extra-corporativas pode ser explicada pelas diferenças entre as formas de atuação entre os dois tipos de associação.

O gráfico abaixo retrata a evolução do número de associações fundadas em relação à fundação de novos sindicatos:

Gráfico 7: Criação de Sindicatos x Associações

Fonte: Diniz & Boschi, 2004

De acordo com o gráfico, a partir do período de 1964 o número de novas associações passa a ser superior ao número de sindicatos fundados e se mantém desde

então. As razões da drástica redução do número de associações criadas durante a década de 90 é um tema pouco explorado pela literatura, no entanto, podemos considerar que um dos fatores responsáveis por esta redução foi a eliminação dos canais oficiais remanescentes de comunicação entre poder executivo e setor privado, desestimulando a criação de novas organizações.

Outra possível explicação para o número reduzido de novas associações empresariais na década de 90 recai sobre as novas formas de atuação política da classe empresarial. Ainda que o maior grau de abertura do legislativo funcionasse como uma via de ação política empresarial, as formas de exploração deste canal ainda estavam sendo desenvolvidas pelo empresariado. Parte das novas formas de comunicação entre governo e Estado, envolveria a contratação de terceiros (escritórios de lobby) o que dispensaria a criação de novas entidades, sendo suficiente apenas a “reciclagem” das já existentes.

Conforme citação acima, ao longo da década de 90 foram empreendidas diversas alterações na forma de organização e atuação das entidades representativas do empresariado.

Em primeiro lugar ocorreu movimento de profissionalização das entidades. O grau de profissionalização variava dentre as entidades, podendo estas contar apenas com um corpo técnico auxiliar, gestão profissionalizada, ou até mesmo ser presidida por profissionais contratados. No entanto, de maneira geral, houve uma redução da utilização de funcionários das empresas ligadas à entidade na condução das atividades desenvolvidas pela associação.

Outro aspecto observado foi o aumento da gama de serviços prestados pelas organizações, as quais passaram a centralizar uma série de atividades antes exercidas diretamente pelas empresas como: assessoria na área de comércio exterior, análise de mercado, conjuntura econômica, setorial, política externa, dentre outras. (Diniz & Boschi, 2004).

A contratação de terceiros para a realização de atividades de lobby, também foi uma tendência observada no estudo. A crescente importância do Legislativo demandava atividades de monitoramento de suas proposições. Para tanto, seria necessário não apenas ter acesso às proposições, mas também ter competência para analisar, selecionar, acompanhar a tramitação, identificar os interlocutores adequados, agir para que o posicionamento de sua indústria fosse ouvido, levado em consideração e, no melhor dos casos, acatado.

A realização do conjunto destas atividades, não se configurava em tarefa fácil e trivial. Exigia expertise e dedicação. Isto levou as organizações empresariais a buscar auxílio nos poucos profissionais especializados no assunto. Geralmente ex-funcionários do governo conhecedores dos tramites e caminhos das casas legislativas.

Desta forma, começava a ser estruturada uma atividade profissionalizada de lobby no Brasil. As organizações empresariais passaram então a manter escritórios próprios e a contratar terceiros para desempenhar as atividades de lobby.

Diversas entidades empresariais podem ser citadas como exemplo de instituições aderentes às novas formas de organização, dentre elas a ABIQUIM, ABIFARMA e a própria CNI. A reestruturação empreendida na CNI talvez seja a mais emblemática.

Diante dos novos desafios de comunicação com o poder Legislativo, A CNI criou a Comissão de Assuntos Legislativos, COAL. Uma comissão com o objetivo de assessorar o acompanhamento dos trabalhos legislativos e desenvolver as demais atividades de lobby descritas acima. A iniciativa da COAL faz parte de um esforço modernizante mais amplo ocorrido dentro da CNI. Adicionalmente à COAL, foram ampliados e reestruturados os antigos conselhos temáticos da CNI, os quais eram responsáveis por, além do acompanhamento das proposições do Congresso Nacional, estruturar propostas de políticas públicas destacadamente nas áreas de política industrial, desenvolvimento tecnológico, relações de trabalho, integração internacional, comércio exterior, meio ambiente, dentre outros.

Os conselhos temáticos contavam com a participação direta de entidades setoriais, o que lhes possibilitava arejar e os tornar mais inteligentes, no sentido de agregar novas e recentes informações sobre as estruturas produtivas do país e sua forma de interação com a sociedade.

Além da reformulação de seus conselhos temáticos, também foi criado na CNI um departamento de pesquisa que, além de dar suporte aos conselhos temáticos, também era responsável em desenvolver estudos para avaliar o impacto das políticas governamentais sobre os diferentes setores industriais, realizando ainda consultas junto aos empresários para agregar conhecimento sobre os rumos da economia e da sociedade de maneira geral.

Estas inovações na estrutura organizacional da CNI também foram acompanhadas pela profissionalização e expansão de seu quadro de funcionários, refletindo a nova forma de organização das entidades representantes da indústria.

A reestruturação da CNI revela a nova postura do empresariado atuante na vida pública, não apenas de maneira reativa às proposições elaboradas pelo Estado, mas organizando-se para levar ao Estado suas proposições.

Configuravam-se no Brasil entidades com forma de organização próxima ao modelo americano de representação de interesses, conhecidos como lobby.

Lobby no Brasil

Embora haja consenso de que as atividades de grupos de interesse tenham tomado um aspecto “americanizado” nas últimas décadas, ainda é difícil desenhar um contorno claro do padrão de atuação das atividades de lobby no Brasil. O fato da atividade não ser regulamentada, embora amplamente difundida, provavelmente contribui para o aspecto disforme destas atividades.

De maneira geral, as atividades de lobby são realizadas por diversos tipos de organizações, de empresas privadas a entidades com alto grau de abrangência, sendo exercidas por interessados diretos aos assuntos em pauta até lobistas profissionais.

Embora seja possível identificar variações nesta forma de atuação, as atividades de lobby no Brasil tendem a acontecer de forma pontual, com grupos de interesse exercendo pressão sobre assuntos específicos e as interrompendo tão logo os tais assuntos deixem de estar em pauta.

A atuação dos lobbies acontece tanto no Executivo quanto no Legislativo. No entanto, considerando o contexto de eliminação, durante a década de 90, das arenas de diálogo entre Estado e sociedade dentro do Executivo, as atividades de lobby junto ao Executivo tendem a ocorrer de forma pessoal e pouco transparente¹⁵.

De maneira resumida, podemos comparar as principais características das entidades empresariais promotoras de ação política pré e pós-reformas neoliberais:

¹⁵ Durante o governo Lula, ocorreram iniciativas de criação de canais oficiais de contato entre governo e setor privado, tais como a criação do Conselho de Desenvolvimento Social e do Conselho de Desenvolvimento Industrial

Pré reformas neoliberais	Pós reformas neoliberais
Gestão não profissionalizada	Profissionalização da gestão
Representação fragmentada	Ocorrência de iniciativas de representação unificada: CNI, ONIP e PROTEC
Foco no executivo	Foco no legislativo e também no Executivo, autor da maior parte dos projetos aprovados
Sem acompanhamento regular das proposições legislativas	Acompanhamento regular das proposições legislativas
Contato com o governo sem utilização de lobistas	Contratação de lobistas para contatar o governo
Corpo técnico reduzido ou inexistente	Ampliação do corpo técnico (inteligência de mercado, formulação de propostas)

Conclusão

Ao final do regime militar, determinados grupos da elite econômica, encontram maneiras de aumentar sua participação política, destacadamente, por nomeações a cargos políticos, eleições para cargos no legislativo e executivo, filiação partidária e criação de novas organizações.

No entanto, no final da década de 80 e início de 90, a ausência de mecanismos institucionais de incorporação dos empresários aos círculos de decisão e o excesso de fragmentação de sua representação, empurra o governo, com seus funcionários ligados a grupos da elite econômica, a consultar determinados grupos em detrimento de outros.

Assim, a representação política empresarial, ao final da década de 80, tem como principal característica a fragmentação e falta de influência dos empresários.

Ao longo da década de 90, o empresariado nacional apresenta mudança estrutural em sua forma de atuação e passa a organizar seus interesses como classe e a defender uma agenda única.

Esta alteração envolve mudanças na sua forma de exercer pressão política, a qual mostra-se organizada de forma semelhante ao padrão americano de lobby, com constante acompanhamento do processo legislativo seguidas de ações junto aos parlamentares com o objetivo de expor seu posicionamento diante dos assuntos de seu interesse. Ademais, passam a ter postura ativa na estruturação e apresentação de proposições junto ao legislativo.

4.2. A Indústria da Cerveja: Alterações no Consumo e nas Participações de Mercado

O Banco GARANTIA, fundado pelo empresário Jorge Paulo Lemann em 1976, no final da década de 80, passou a diversificar seus investimentos até então focados em operações com ativos líquidos do mercado financeiro (ações listadas na Bovespa, títulos de dívida e derivativos). Dentre as novas estratégias de investimento, destacava-se a compra de participação em empresas de capital fechado. Executivos do banco, como Marcel Telles, observando o contexto de excesso de demanda no mercado nacional de cerveja, resolveram investir no setor cervejeiro.

Sua tese de investimento era simples: melhorias na gestão das cervejarias permitiriam atender à demanda reprimida por cerveja, o que promoveria aumento no consumo nacional de cerveja e crescimento das vendas das empresas que soubessem atender a esta demanda. (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2008)

Em 1989 o Grupo GARANTIA adquiriu a Brahma e promoveu uma série de medidas com o objetivo de aumentar a eficiência da empresa, via redução de custos e aumento das vendas. Dentre estas medidas, é possível citar a redução da capacidade instalada com o objetivo de diminuir a ociosidade ao mesmo tempo em que modernizou seu parque industrial e aumentou o investimento em publicidade.

No mesmo ano, a empresa Schincariol, fundada em 1934 como fabricante de refrigerantes, também resolveu entrar no mercado de cerveja. Através de uma agressiva campanha publicitária começou a ganhar parte do mercado existente e a levar cerveja para novos mercados, aumentando o consumo nacional de cerveja. (Mesquita, 2008)

Além da Schincariol, o Grupo Kaiser também investiu pesadamente em publicidade e, com a resposta dos grandes produtores Antarctica e Brahma (que como o GARANTIA já havia aumentado seus investimentos em publicidade), iniciou-se a chamada “Guerra das Cervejas”, nome dado a esta agressiva disputa publicitária entre as cervejarias que traria mudanças significativas no mercado cervejeiro nacional¹⁶.

A Guerra das Cervejas, que teve seu período mais acirrado entre os anos de 1989 e 1992, provocou alterações nas participações de mercado dos fabricantes de cerveja e transformou de maneira permanente o foco dado pelas cervejarias em marketing, tornando os grandes confrontos publicitários a regra e não mais a exceção.

¹⁶ Informações levantadas em entrevista realizada com Marcos Mesquita, Superintendente do Sindicerv

Importante ressaltar que o conceito de marketing, tal qual está sendo usado neste texto, engloba não apenas a publicidade dos produtos, mas também as demais estratégias envolvidas na promoção de um produto. Tal uso deste conceito se aproxima da definição do dicionário Aurélio:

“Marketing é o conjunto de estratégias e ações que provêem o desenvolvimento, o lançamento e a sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor” (Dicionário Novo Aurélio)

Desta maneira, as cervejarias passaram a investir mais recursos não apenas na divulgação de seus produtos, mas também em suas áreas de formulação de produtos, (para responder com maior eficiência às demandas dos clientes), pesquisa de mercado (para identificar novos mercados) e equipe de vendas (para planejar e colocar em prática as estratégias de vendas nos mercados tradicionais, assim como em novos mercados)¹⁷.

Isso resultou, tal qual haviam previsto os investidores, no atendimento da demanda reprimida existente, provocando crescimento das vendas de cerveja no país.

Gráfico 9: Consumo Nacional de Cerveja: Total e Per capita

Milhões de Hectolitros

Fonte: Sindicerv

Conforme o gráfico, o Consumo de cerveja no Brasil apresentou crescimento anual composto (CAGR) entre 1986 e 1988 de 4,7%, subindo de 43,8 para 48 milhões

de hectolitros anuais. Com a entrada dos investidores e novas empresas no mercado em 1989, o crescimento anual composto do consumo de cerveja entre 1988 e 1991 foi de 6,5%, passando dos 48 para 58 milhões de hectolitros.

A partir de 1991, os efeitos da abertura econômica e o plano de estabilização econômica de Collor, que através do confisco da poupança de milhares de brasileiros contraiu a demanda interna, tiveram forte impacto na indústria nacional. A indústria cervejeira não escapou ilesa e teve sua produção reduzida nos anos de 1992 e 1993 do patamar de aproximadamente 60 milhões de hectolitros para 50 milhões de hectolitros.

Participação de Mercado

Tomando como base a pesquisa elaborada pela empresa de pesquisa ACNielsen, observamos os seguintes dados para o market-share da indústria cervejeira no período de 1989 a 1995:

Tabela 1: Participação de Mercado

PARTICIPACAO DE MERCADO							
Marca	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Brahma	37,8	38,1	38	37,4	35,2	33,3	31,4
Antarctica	40,8	37,8	35,1	34	31,5	30,2	31,9
Skol	12,5	12,7	13,3	14,1	15	16,8	15,2
Kaiser	7,9	9,8	11,6	11,5	13,6	13,9	14,6
Schincariol	0,2	0,8	1,2	2,1	3,8	4,7	5,4
Outras	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,1	1,5

Fonte : Instituto Nielsen

A partir da análise da tabela 1 vemos que as duas marcas líderes, as quais detinham conjuntamente 79% do mercado em 1989 (período no qual se inicia a Guerra das Cervejas) passam a ter 63.3% em 1995.

Esta redução é explicada pelo sucesso das empresas com menor participação que, através do investimento em suas plantas e em suas marcas e a prática de preços baixos, conquistaram parcela importante do mercado. Um dos principais destaques foi o grupo Schincariol, o qual, após cinco anos do início de suas atividades com produção de cerveja, conquistou 5.4% do mercado nacional. Outro crescimento significativo foi da Cervejaria Kaiser, que aumentou sua participação no mercado de 7.9% em 1989 para 14.5% em 1995.

¹⁷ Idem 17

Além das movimentações dos principais fabricantes, o surgimento de diversas novas pequenas cervejarias assim como a maturação das antigas pequenas apontou para a tendência de aumento na participação dos pequenos neste mercado.

Com relação à disputa entre os líderes de mercado, as alterações na estrutura fabril do grupo Brahma assim como seus investimentos em publicidade, ambos resultados das alterações promovidas pelo grupo GARANTIA, mostraram-se como estratégia mais eficiente do que a manutenção da estrutura antiga pela Antarctica. Em 1993 a Antarctica foi ultrapassada pela Brahma, que assumiu a posição de líder de mercado. O Grupo Brahma conseguiu ainda elevar a participação da Skol, a qual já era uma de suas marcas desde 1987.

Em 1995, entretanto, aproveitando-se do impulso ao consumo dado pelo Plano Real, a Antarctica faz uso de sua capacidade ociosa e aumenta suas vendas, passando novamente a Brahma que não dispunha de capacidade ociosa tão extensa.

Novas Fusões: Surgem os Grupos AMBEV e Kaiser/Molson

Em 1999 o processo de fusão atinge seu ponto máximo quando a Companhia Antarctica Paulista e a Companhia Cervejeira Brahma anunciam a formação da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), resultado da fusão de ambas. A operação é vista por muitos no mercado cervejeiro como a criação de uma empresa monopolista e por isso passa por um longo processo de análise junto ao CADE¹⁸. Após nove meses de muitas disputas travadas judicialmente e na mídia a AMBEV é aprovada e nasce, então, a 5ª maior empresa de bebidas do mundo, contando, em seu portfólio, com as marcas: Antarctica, Brahma, Skol, Bohemia, Kronenbier, Caracu, Carlsberg, Miller, Polar e Serramalte sendo obrigada a vender a marca Bavária, a qual é adquirida pelo grupo canadense Molson Inc., a mais antiga cervejaria da América do Norte.

Nos anos seguintes a AMBEV adquire e estabelece parcerias com diversas cervejarias em países da América Latina. Em 2002 o grupo canadense Molson compra a Kaiser por US\$ 750 milhões, unindo sob a nova empresa denominada Cervejarias Kaiser Brasil S.A. as marcas Kaiser, Bavária, Heineken, Xingu e Santa Cerva e passa a ser o segundo maior grupo cervejeiro do país com 13% de participação de mercado. Há que destacar também o expressivo aumento da marca Schincariol, a qual, com o lançamento de sua nova marca, Nova Schin, aumentou sua participação de mercado substancialmente, atingindo em 2005 praticamente 15% do mercado.

Em 2004 a AMBEV vende parte de suas ações ao grupo belga Interbrew, formando a IMBEV, maior empresa de bebidas do mundo.

Nova Configuração da Participação de Mercado

A comparação dos dados de participação de mercado do período de 1989 a 1995 com os dados atuais (2003 a abril/2005, Tabela 3), nos mostra que, muito embora a concentração das vendas em poucos fabricantes ainda seja significativa (AmBev, Kaiser/Molson e Schincariol detêm atualmente 90% do mercado), houve um aumento na participação das cervejarias menores (classificadas na categoria “Outros”) e diminuição da concentração das vendas por marcas.

Tabela 2: Participação de Mercado 2003 a 2005

PARTICIPACAO DE MERCADO 2003 - 2005							
Marcas	2003	2004	YTD 2005	JAN 2005	FEV 2005	MAR 2005	ABR 2005
Kaiser/Molson	13,3	10,9	9,5	10,4	9,5	9,1	8,8
Kaiser+Heineken	10,6	8,3	7,3	7,8	7,3	7,1	6,7
Bavaria	2,7	2,7	2,2	2,6	2,2	2	2
Ambev	67,2	66,2	67,9	67,8	68	67,6	68,2
Brahma+Miller	20,9	19,8	20,1	20	19,6	20,2	20,5
Skol_Carlsberg	32,8	31,6	33	33,3	33,7	32,3	32,6
Antarctica	13,5	13	13,2	12,8	13,1	13,5	13,5
Bohemia	1,9	1,8	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7
Schincariol	11,1	13,1	12,3	11,7	12,4	12,8	12,5
Cintra	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4
Petrópolis	n.i.	3,6	4,8	4,6	4,7	4,9	5,2
Outras Marcas	6,8	4,6	4	4,1	3,8	4,1	3,9

Fonte: ACNielsen

Na tabela 2 observamos que as cervejarias pequenas detinham conjuntamente participação pouco acima de 1% em 1995, em 2003 este número saltou para 8,5% e em abril de 2005 já se encontra em 10,5% (observe que, embora as pesquisas recentes destaquem os fabricantes Cintra e Petrópolis da categoria outros, para fins de comparação, os números citados neste parágrafo ainda incluem os números dessas cervejarias na categoria outros).

Este crescimento é atribuído a uma política de preços baixos adotada pelas empresas de pequeno porte como estratégia de concorrência. Outro nicho de mercado

¹⁸ Conselho Administrativo de Defesa Econômica

atacado por estas empresas foi o nicho das cervejas de alta qualidade, vendidas a preços acima da média do mercado, as chamadas cervejas *Premium*.

Com relação ao distanciamento dos preços praticados pelos grandes produtores e os preços praticados pelas pequenas cervejarias, existem hoje duas linhas argumentativas divergentes.

Enquanto os grandes grupos defendem a tese de que as pequenas empresas só conseguem praticar preços baixos por sonegarem impostos, os pequenos e médios produtores argumentam que a AmBev, buscando não ultrapassar sua margem de participação no mercado em 70% para evitar o risco de ser acusada de monopolista, pratica uma política de preços altos para segurar a demanda por seus produtos, sendo esta a razão da grande diferença de preço entre o produto final das pequenas cervejarias e das grandes.

A recente decisão da justiça de aprovar lei que torna obrigatória a instalação de Medidores de Vazão (equipamento que mede o volume de cerveja que sai dos tanques das fábricas) parece dar crédito à tese defendida pela AmBev. Há que se ponderar que a AmBev dispõe de longa tradição de atuação política junto ao governo brasileiro, desde os separados escritórios de representação política de Antarctica e Brahma junto ao Palácio Guanabara.

As pequenas cervejarias, contando apenas com a representação setorial do Sindicerv, em casos de disputa entre as cervejarias não dispõe de expertise para defender seus pleitos contra as grandes cervejarias.

Entretanto, o assunto em questão, sendo de total interesse do governo reduzir possíveis “vazamentos” em seu sistema de arrecadação e tratando-se de uma questão legal, sonegação de impostos, não abria espaço para contra-argumentações.

Assim, depois de pouco mais de um século e meio de história, a indústria cervejeira, que passou por longo e constante processo de reconfiguração de seus participantes, sempre com a tendência de concentração de diferentes marcas nas mãos de grandes grupos de investidores, apresenta, atualmente, uma grande variedade de marcas. No quadro a seguir estão listados os principais fabricantes de cerveja da atualidade:

Quadro 4: Marcas de Cerveja por Fabricante no Brasil

MARCAS DE CERVEJA POR FABRICANTE NO BRASIL		
Ambev - Cia de Bebidas das Américas <i>São Paulo - SP</i> Antartica Malzbier Antartica Original Antartica Pilsen Antartica Pilsen Extra Antartica Pilsen Extra Cristal Bohemia Escura Bohemia Pilsen Bohemia Weiss Brahma Chopp Brahma Extra Brahma Light Brahma Malzbier Budweiser Caracu Carlsberg Kronenbier Liber Miller Genuine Draft Polar Pilsen Serramalte Skol Skol Beats	Cervejaria Conti <i>Cândido Mota - SP</i> Conti Pilsen Conti Malzbier Cervejaria Fazendeira <i>Vinhedo - SP</i> Atlas Cervejaria Germânia <i>Vinhedo-SP</i> Germânia Cervejaria Independente <i>Toledo - PR</i> Palma Louca Pale Pils.	Cervejaria Sudbrack <i>Blumenau - SC</i> Eisenbahn Dunkel Eisenbahn Kolsch Eisenbahn Pale Ale Eisenbahn Pilsen Eisenbahn Weinzbier Cervejaria Teresópolis S.A. <i>Teresópolis - RJ</i> Lokal Bier Companhia Brasileira de Bebidas <i>Feira de Santana - BA</i> D'ávila Beer Convenção S.P. Ind. Beb. <i>Caieiras - SP</i> Guitt's Pilsen Guitt's Malzbier Frevo Brasil Ind. Bebidas <i>Recife - PE</i> Frevo Pilsen
Cerpa - Cervejaria Paraense <i>Belém - PA</i> Cerpa Cerpa Export Draft Beer	Cervejaria Kaiser Brasil S.A. <i>São Paulo - SP</i> Bavaria Pilsen Bavaria Premium Bavaria Sem Álcool Heineken Kaise Gold Kaiser Bock Kaiser Pilsen Kaiser Summer Draft Santa Cerva Xingú	Ind. Norte Paranaense de Beb. <i>Londrina - PR</i> Spoller Malzbier Spoller Pilsen
Cervejaria Belco S.A. <i>São Manuel - SP</i> Belco Pilsen Belco Malzbier Belco Sem Álcool Mãe Preta Tauber	Cervejaria Kilsen Joinville - SC Kilsen Chopp Kilsen Extra Kilsen Malzbier Kilsen Pilsen	Lecker Cerv. e Refr. (Worldbev) <i>Capivari - SP</i> Lecker Malzbier Lecker Munique Lecker Pilsen Lecker Piva Pilsen
Cervejaria Cintra Ind. e Com. Ltda. <i>Mogi Mirim - SP</i> Cintra	Cervejaria Krill <i>Estância de Socoro - SP</i> Krill Pilsen	Montecarlo Ind. de Bebidas <i>Flores da Cunha - RS</i> Bonanza
Cervejaria Colônia <i>Toledo - RS</i> Colônia Extra Lager Colônia Malzbier Colônia Negra Colônia Pilsen Donna's Beer Sambadoro (export.)	Cervejaria Malta <i>Assis - SP</i> Malta Golden Malta Malzbier Malta Pilsen	Primo Schincariol Ind. de Cerv. E Ref. <i>Itu - SP</i> Aspen Pilsen Glacial Nova Schin Malzbier Nova Schin Munich Nova Schin Pilsen Nova Schin Sem Álcool NS2 Primus
	Cervejaria Petrópolis S.A. <i>Petrópolis - RJ</i> Crystal Pilsen Crystal Premium Crystal Malzbier Itaipava Itaipava Premium Itaipava Malzbier	Tucabairros Bebidas <i>Guarapuava - PR</i>

Fonte: Sindicerv – obs.: lista não exaustiva

4.3. O Sindicerv: Implementação da Estrutura Permanente de Lobby

Diferentemente dos períodos analisados anteriormente neste texto, após a redemocratização, principalmente a partir da década de 90 com as reformas neoliberais, ocorreram profundas alterações na forma de atuação política do empresariado (Diniz & Boschi, 2004; Mancuso, 2007b).

A redemocratização possibilitou maior acesso do setor privado ao Estado, sobretudo ao poder legislativo, permitindo a atuação organizada e sistemática dos grupos de interesse junto às casas legislativas.

A inflexão liberal, por sua vez, ao promover a retração da participação do Estado na economia e abertura do mercado nacional, possibilitou a entrada de capital estrangeiro (investidores, principalmente participando das privatizações) e entrada de produtos importados. Isso criou um cenário de acentuado aumento da concorrência em praticamente todos os setores (Diniz & Boschi, 2004).

Neste sentido, a inflexão liberal pode ser considerada um fator motivador do aumento da participação do empresariado na vida política, uma vez que este passou a buscar melhorias nas condições legais do seu mercado de atuação para, tornar-se mais competitivo em relação à concorrência internacional. (Mancuso, 2007b)

O setor cervejeiro sofreu o impacto destas transformações. Durante a década de 80 assistiu à entrada de novas empresas, com destaque para Kaiser (1980) e Schincariol (1989) experimentando aumento acentuado da concorrência. Corroborando a literatura que aborda as transformações na atuação política do empresariado como classe, o setor cervejeiro também passou por alterações importantes na sua forma de representação setorial. Este processo de transformação pode ser dividido em três fases: (1) implementação de estrutura de lobby, (2) profissionalização da gestão e (3) aprofundamento das atividades de lobby.

Implementação da estrutura de lobby

Até a redemocratização, quando o governo era caracterizado por um legislativo marginalizado e um executivo centralizador e enclausurador de sua burocracia (Diniz & Boschi, 2004), o setor cervejeiro, com relação às participações de mercado, permanecia em situação de relativo equilíbrio, com Brahma e Antarctica com participação conjunta próxima a 80% do mercado nacional. Como vimos, a soberania destas empresas

impunha-se também nos limites do Sindicerv, o qual, de maneira esporádica, utilizavam para levar seus pleitos ao governo em nome do setor.

Ao final da década de 80, a Cervejaria Kaiser, que, fundada em 1980, ganhou rapidamente significativa participação de mercado (8% em 1989), lançou mão de um agressivo plano de crescimento. Este consistia em investimento pesado em marketing (guerra das cervejas, descrita acima) e em atividades de relações públicas, as quais consistiam em ações tanto sobre a opinião pública como sobre o governo. Para a realização das atividades de relações públicas, a empresa formou equipe contando com profissionais experientes em atividades de representação de interesses junto ao Estado (*lobbying*).

Tais profissionais logo identificaram uma oportunidade inexplorada: a utilização do Sindicerv como voz institucional do setor de forma permanente. Em 1991 a Kaiser filiou-se ao Sindicerv e passou a desenvolver, no âmbito da organização atividades de *lobby*.

Para tanto, utilizando de suas prerrogativas como associada e integrante do corpo diretivo do Sindicerv, implementou estrutura permanente de acompanhamento legislativo no Congresso Nacional no âmbito da entidade, a qual dava suporte às atividades de lobby que passaria a realizar.

A estrutura de lobby implementada no Sindicerv em 1991 não era complexa. Os funcionários da Kaiser ligados ao Sindicerv realizavam as atividades de representação propriamente dita, a saber, contato com as instituições governamentais para defesa dos interesses do setor. A principal alteração na estrutura do Sindicerv foi a contratação de um escritório especializado nas práticas de lobby em Brasília, o qual seria responsável por (1) levantar informações sobre projetos de lei em tramitação; (2) sugerir formas de atuação, dado seu conhecimento dos procedimentos internos e (3) informar sobre o perfil dos políticos. Os custos referentes à contratação do escritório de lobby eram arcados pelos recursos do Sindicerv, provenientes do imposto sindical. Quando necessário, recursos extras eram aportados pelos afiliados.

Nesta época, foi feito levantamento de todos os projetos de lei em tramitação que poderiam ter impacto nas atividades da indústria cervejeira. Uma vez feito este levantamento, o escritório de lobby ficou responsável pelo acompanhamento da tramitação de tais projetos. De acordo com o teor de cada projeto e de sua tramitação eram tomadas as decisões sobre o melhor momento e forma de atuação política.

É preciso contextualizar que a Cervejaria Kaiser tem suas origens enraizadas na cultura da Coca-Cola, já que foi fundada por empresários brasileiros engarrafadores da Coca-Cola. As estreitas ligações da empresa com a cultura americana explicam em parte a adoção de estratégia de atuação política com perfil americanizado¹⁹ no âmbito do Sindicerv tão logo o contexto político permitiu.

A implementação das atividades rotineiras de lobby no Sindicerv deu maior destaque à entidade, a qual passou a ter maior exposição junto às autoridades públicas.

Antarctica e Brahma, que exerciam suas atividades de pressão sobre as autoridades públicas principalmente de maneira individualizada, tinham relacionamento esporádico com o Sindicerv, recorrendo a este apenas em raras ocasiões. Com a ocupação da equipe da Kaiser dos recursos e nome do Sindicerv, ocorreu um choque na estrutura de poder político do setor, com a Kaiser desestabilizando antigo equilíbrio de forças entre Brahma e Antarctica em seu favor.

Assim, num contexto de redemocratização e conseqüente fortalecimento do poder Legislativo, a Cervejaria Kaiser, em fase de reestruturação, implementou mudanças em sua estratégia de atuação política. As mudanças tiveram impacto na forma de atuação do Sindicerv e na estrutura de poder de representação política do setor.

Importante observar que, ainda que o acompanhamento do processo legislativo tivesse passado a acontecer de forma permanente, assim como as atividades de relações públicas, a estrutura operacional do Sindicerv permaneceu enxuta. A equipe do sindicato continuava contando com uma única secretária e diretoria formada por funcionários das empresas associadas. A única diferença foi a integração de um escritório especializado em atividades de lobby (como consultor, não como executivo) e a maior atividade dos representantes da Kaiser em nome do Sindicerv, os quais, no entanto, eram funcionários da Kaiser.

Profissionalização da gestão

As mudanças implementadas pela Kaiser no Sindicerv provocaram a reação de Brahma e Antarctica, culminou com a profissionalização do sindicato. De maneira resumida, podemos considerar a profissionalização da gestão do Sindicerv como resultado da conjunção de dois fatores principais: (1) desequilíbrio de poder entre os atores do setor cervejeiro e (2) ocorrência das negociações das normas técnicas do MERCOSUL.

¹⁹ O perfil americanizado de atuação política do Sindicerv será detalhado adiante

O desequilíbrio da distribuição de poder político dos empresários do setor cervejeiro infligido pela atuação da Cervejaria Kaiser incomodou os grandes produtores, Brahma e Antarctica. As duas grandes passaram então a ter participação mais ativa no Sindicerv²⁰.

Outro importante fator foi a necessidade de organizar a participação do setor nos grupos de decisão das normas técnicas do MERCOSUL²¹.

Em 1994, com a assinatura do protocolo de Ouro Preto, foi regulamentado o acordo de constituição do MERCOSUL assinado em 1991 em Assunção – Paraguai²². A regulamentação previa a constituição do Grupo Mercado Comum, o qual seria o órgão executivo do MERCOSUL.

No entanto, as diferenças entre as legislações dos países integrantes do MERCOSUL eram significativas e, dependendo de quais parâmetros fossem adotados, prejudicaria mais ou menos os produtores brasileiros, uma vez que estes teriam de incorrer em custo de adaptação de seus produtos. Assim, havia grande interesse em sugerir, negociar e aprovar as normas técnicas comuns do MERCOSUL tão próximas quanto possível às normas brasileiras.

Com um objetivo comum claro e de grande relevância para o setor cervejeiro, o Sindicerv estava diante de um grande desafio que envolveria a orquestração dos interesses de todos os participantes do setor.

Os associados do Sindicerv, diante da relevância da questão, decidiram que deveriam designar uma equipe, ou pessoa, exclusivamente para desenvolver e coordenar as atividades ligadas ao MERCOSUL. Antarctica e Brahma aproveitaram o momento para propor a contratação de um executivo que não tivesse vínculos com nenhuma das empresas associadas. Criou-se a posição de superintendente do Sindicerv

As funções do Superintendente, além da coordenação dos trabalhos do MERCOSUL, seriam:

²⁰ Idem 17

²¹ A profissionalização das entidades foi amplamente tratado por Oliveira, 2003

²² Tratado de Assunção, 1991

Quadro 5: Funções do cargo de superintendente do Sindicerv

Descritivo

- Responsável pelas atividades de lobby: coordenação do escritório de lobby contratado anteriormente;
- Representação dos Sindicerv junto ao governo (ações de lobby);
- Organização dos dados do setor;
- Divulgação das informações e dados do setor para mídia, investidores, empresários, estudantes e interessados em geral;
- Preparação e apresentação do orçamento anual a ser aprovado em reunião da diretoria;
- Administração dos recursos do sindicato

O primeiro projeto conduzido pelo superintendente foram as negociações no Sub-grupo de normas técnicas do MERCOSUL representando o setor cervejeiro.

A principal divergência dos países quanto à produção de cerveja era referente à quantidade mínima de malte²³ utilizada na produção de cada tipo de cerveja. De maneira geral, com relação ao percentual de malte utilizado na produção da cerveja podem ser feitas as seguintes classificações: (1) Cerveja Puro Malte; (2) Cerveja e (3) Cerveja de [milho, arroz, etc.].

Os países com posição marcadamente contrária eram Brasil e Argentina. A legislação destes países era em consonância com a disponibilidade de malte de cada um. Argentina, favorecida pelo clima temperado, tem maior tradição no cultivo de cevada e produção de malte, contando com produtos de qualidade e processos com alta produtividade.

O Brasil, apesar de contar com clima temperado ao sul do país, não tem tradição no cultivo de cevada, tendo sido esta estimulada, como vimos, pelo PLANACEM. Apesar destes esforços, a produção de cevada e malte no país ainda é de qualidade e produtividade inferior à produção Argentina. (Agromalte, 2007)

Vejamos no quadro abaixo as exigências legais quanto à utilização mínima de malte para cada denominação de tipo de cerveja nestes países:

²³ A denominação Malte pode ser utilizada para qualquer cereal que tenha passado pelo processo de malteação. No entanto, é prática corrente utilizar o termo “malte” para referir-se ao malte de cevada e, quando trata-se de um malte de outro cereal então é feita a designação, por exemplo: malte de trigo. Neste trabalho iremos fazer uso da prática comum, utilizando apenas o termo “malte” para fazer referência ao malte de cevada.

Quadro 6: Limites de utilização de malte na produção de cerveja: Brasil e Argentina

Descritivo & %

	Brasil	Argentina
Puro Malte	100%	100%
Cerveja	50% a 100%	75% a 100%
Cerveja de...	20% a 50%	Não há

Conforme o quadro, o Brasil é mais tolerante quanto a denominação de cerveja, permitindo percentuais de apenas 50% de malte, sendo o restante complementado por malte de outros cereais. O Brasil permite ainda a comercialização de bebidas com percentuais de malte entre 20% e 50% sob a denominação de “Cerveja de [nome do outro cereal utilizado]”. Esta legislação é condizente com a escassez de malte brasileiro, o que encareceria a cerveja caso houvesse exigência para percentuais mais elevados de malte na composição da cerveja.

Na Argentina, por sua vez, havendo maior abundância de malte, a legislação é mais exigente nas quantidades mínimas necessárias para a denominação da bebida como cerveja: 75% de malte e não permite a denominação “Cerveja de [outro cereal]”.

Para impedir que a legislação comum do MERCOSUL refletisse o rigor das exigências legais da Argentina quanto à utilização de malte, o setor cervejeiro, na figura do Sindicerv, articulou sua representação.

O protocolo de Ouro Preto previa a criação de subgrupos de trabalho para auxiliar o cumprimento dos objetivos do bloco econômico. (MERCOSUL,1994)

Protocolo de Ouro Preto, Capítulo 1, Seção 2, Artigo 14:

*“São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:
Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de
trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus
objetivos”*

Dentre os subgrupos de trabalho criados, um deles era responsável em realizar as negociações sobre as normas técnicas a serem adotados no MERCOSUL, o sub-grupo de *Normas Técnicas*.

Os sub-grupos de trabalho contavam com representantes governamentais de cada um dos países. Os funcionários do governo eram assessorados por especialistas nos assuntos debatidos e então levavam a posição de seu país para o grupo. O sub-grupo de Normas Técnicas não era diferente.

Nas questões relacionadas às normas técnicas da produção de cerveja o Sindicerv foi o principal assessor dos representantes do governo brasileiro. Para estruturar seu apoio ao governo, fabricantes de cerveja reuniam-se na sede do Sindicerv e articulavam sua defesa: compilavam informações, realizavam estudos e previsões de mercado sobre efeitos no volume de vendas caso normas muito rígidas fossem adotadas, enfim, construía sua linha argumentativa.

Esta linha argumentativa, respaldada por dados e previsões setoriais, era transmitida aos representantes do governo *in locu*. Membros do Sindicerv ficavam do lado de fora dos locais onde ocorriam as reuniões e, à medida que as negociações avançavam, iam instruindo os representantes brasileiros.

Ao final das negociações, conseguiram estabelecer o nível mínimo de percentual de malte para a denominação de cerveja em 55% para a comercialização no MERCOSUL, bem abaixo os 75% pleiteados pela Argentina.

Nos anos seguintes, o MERCOSUL não atingiria seu objetivo inicial de aumentar as relações comerciais entre os países membros de forma vigorosa, como ocorrera na Europa, com o Mercado Comum Europeu. Com o término das negociações da legislação do MERCOSUL e a redução das expectativas dos empresários em torno do MERCOSUL, o Sindicerv continuou suas atividades rotineiras. No entanto, agora contando com um corpo executivo próprio e fortalecido como entidade representativa do setor cervejeiro.

Além disso, rotinas de discussão entre os cervejeiros assim como uma maior aproximação entre os funcionários de cervejarias concorrentes, como Kaiser e AmBev, facilitavam a continuidade de trabalhos conjuntos tendo o Sindicerv como elemento agregador.

Aprofundamento das atividades de Lobby

As atividades de lobby da indústria cervejeira iniciadas no começo da década de 90 eram focadas exclusivamente na esfera federal. Isso porque, os assuntos que lhe interessavam eram ligados, primordialmente, à produção e comercialização, ambos de competência da união e, portanto, proposições legislativas sobre tais assuntos teriam de ser apresentados no Congresso.

No entanto, durante a década de 90 ocorreram mudanças nos problemas de preocupação da sociedade. Temas como meio-ambiente, saúde pública e direito do consumidor, passaram a receber maior atenção.

Casas legislativas municipais e estaduais, por todo o país, passaram a apresentar diversos projetos de lei relacionados a estes assuntos.

A alteração do foco de atenção da sociedade para determinados assuntos, refletiu no setor cervejeiro com o aumento de projetos de lei buscando restringir o consumo de bebidas alcoólicas, tornar embalagens mais higiênicas²⁴, exigir a reciclagem das embalagens, dentre outros.

Quadro 7: Exemplos de proposições legislativas municipais e estaduais com impacto no setor cervejeiro

Descritivo

Assunto	Projeto de Lei
Segurança	Lei Seca: determina horário de fechamento de bares
Saúde Pública	Lacre Higiênico: obrigatoriedade de lacre higiênico nas latas de cerveja e refrigerantes
Meio ambiente	Responsabiliza a indústria pela reciclagem das embalagens de seu produto

O aumento de proposições legislativas relacionadas a este assunto pode ser observado em pesquisa realizada junto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A pesquisa buscou identificar o aumento de proposições abordando os assuntos acima listados. Como os projetos de lei²⁵ não são classificados por assunto, para capturar o efeito do aumento do interesse dos legisladores nesses temas foi feita uma busca por projetos de lei que contivessem palavras ligadas ao assunto.

²⁴ Exigência de colocação de “lacres higiênicos” nas latas de cerveja supostamente para evitar a contaminação por leptospirose

As palavras utilizadas foram: (1) alcoólicas; (2) cerveja e (3) embalagens. As buscas foram realizadas individualmente para cada palavra de modo que ao final encontrou-se o número de projetos apresentados em cada ano que continham tais palavras.

Os números anuais de projetos de lei encontrados para cada palavra foram divididos pela quantidade total de projetos de lei apresentados no ano, de forma a controlar o efeito do aumento do número de projetos de lei no tempo. Na prática trata-se de encontrar a participação percentual dos projetos de lei selecionados no total de projetos apresentados em cada ano.

Os resultados da pesquisa estão apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 8: Participação percentual do número de projetos de lei ligados a determinados temas no total de projetos de lei apresentados anualmente na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Participação Percentual %

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

A observação da participação de projetos relacionados a bebidas alcoólicas, embalagens e cerveja, mostra que todos esses assuntos, que praticamente não recebiam qualquer atenção na década de 70, apresentaram número crescente de proposições desde então.

²⁵ Foram pesquisados apenas os projetos de lei, dentre as proposições legislativas, em função da maior

Como tais assuntos muitas vezes têm impacto sobre os custos de produção, à medida que novas leis foram sendo aprovadas, o empresariado foi percebendo a importância de colocar seu ponto de vista sobre assuntos de seu interesse.

No início da década de 2000, pressionado por este contexto de aumento de proposições legislativas desfavoráveis ao setor cervejeiro, o Sindicerv, contratou uma assessoria jurídica para auxiliá-lo no acompanhamento da tramitação de tais proposições nas assembleias legislativas e câmaras municipais de seu interesse.

A partir de então, o Sindicerv passou a realizar atividades rotineiras de lobby nas três esferas do Estado, federal, estadual e municipal.

Nesta época, o Sindicerv aumentou sua equipe de gestão, a qual passou a ser composta pelo Superintendente, um coordenador das atividades de organização dos dados e relacionamento com a mídia, um assistente e uma secretária.

As atividades rotineiras de lobby foram estruturadas da seguinte maneira:

O Sindicerv informa à assessoria jurídica os assuntos sobre os quais quer ser comunicado em caso do surgimento ou tramitação de proposições que os abordem.

A assessoria jurídica mantém uma base de dados eletrônica atualizada com todas as proposições legislativas das assembleias legislativas e das câmaras municipais das capitais estaduais. Além disso, o Sindicerv tinha a prerrogativa de solicitar a inclusão do acompanhamento legislativo de municípios de seu interesse além das capitais, como Campinas, Ribeirão Preto, etc.

A partir dos filtros estabelecidos em conjunto com o Sindicerv a assessoria jurídica seleciona e lhe encaminha as proposições legislativas que correspondem aos parâmetros pré-determinados.

Conforme relatado acima, em função das novas atividades, o sindicato aumentou sua equipe e passou a contar com um coordenador responsável pelos trabalhos de monitoramento das proposições legislativas. As proposições selecionadas pela assessoria jurídica são encaminhados para o coordenador. Desta forma, o coordenador recebe dois tipos de informações: informações sobre a tramitação proposições legislativas sob acompanhamento do Sindicerv e informações sobre a apresentação de novas proposições legislativas.

Para as novas proposições, o coordenador tem a função de selecionar aquelas que são de interesse do sindicato. Independentemente do teor da proposição e de sua orientação em relação aos interesses do Sindicerv (contrária ou convergente), uma vez

consistência da base de dados, segundo informação dos funcionários da ALESP

selecionada, é classificada quanto ao tratamento que o sindicato lhe dará. Há duas possibilidades iniciais, ou a proposição é apenas acompanhada, ou motiva alguma reação do Sindicerv.

As proposições que são apenas acompanhadas são aquelas cujas deliberações, caso aprovadas, não provoquem impactos, ou provoquem impactos não significativos na operação das cervejarias, alguns exemplos são:

1. Proíbe ou regulamenta a colocação de cartazes em bares e restaurantes;
2. Exige a solicitação do RG pelos bares aos seus clientes para comprovação de idade de 18 anos ou mais.

Por sua vez, as proposições legislativas que incitam algum tipo de reação do sindicato, são proposições com potencial de causar impacto significativo na operação das cervejarias, seja ele positivo ou negativo.

Exemplo de proposições legislativas com impacto na operação das cervejarias:

1. Limita o funcionamento dos bares a partir de determinado horário;
2. Exige a colocação de “lacs higiênicos” nas embalagens em lata;
3. Impõe limite de horários à veiculação de anúncios de marcas de cerveja.

A reação do Sindicerv pode ocorrer em duas frentes: ou articula ações para divulgar seu posicionamento a respeito do ponto em questão para a sociedade, ou leva aos legisladores seu ponto de vista.

Ilustração 2: Fluxo decisório das atividades de lobby

Descritivo

As ações junto ao poder legislativo consistem no fornecimento de informações e argumentos que apóiam sua posição sobre determinada proposição legislativa. Para tanto, o Sindicerv, contando com seu corpo de funcionários em articulação com as empresas afiliadas, desenvolve dossiês com seu ponto de vista. Por vezes, esses dossiês podem ser embasados em pesquisas mais amplas contratadas pelo Sindicerv para provar o seu ponto.

O contato com os legisladores pode ser direto através de um telefonema ou agendamento de reunião via seus assessores. Para casos de menor urgência, o contato pode ser realizado via email, com o envio das informações sendo feito eletronicamente e sem acompanhamento de qualquer argumentação. O objetivo destas inserções é abastecer o legislador de subsídios para sua tomada de decisão, buscando fazê-lo entender o impacto que as medidas em discussão terão para a indústria cervejeira, seus empregados e para a sociedade em geral.

O processo decisório sobre quais proposições receberão ação envolve um comitê quinzenal constituído pelo coordenador do Sindicerv, um representante da Kaiser e um representante da AmBev. Neste comitê, são discutidas as tramitações das proposições sob acompanhamento do grupo ocorridas, assim como as novas proposições legislativas de interesse do setor.

As decisões do grupo são reportadas para seus superiores que apenas acompanham as atividades até que estas atinjam, se for o caso, o ponto em que será necessário o contato direto com legisladores. Esta etapa é realizada pelo superintendente do Sindicerv acompanhado por funcionários experientes das cervejarias, inclusive alta diretoria.

Quanto à escolha dos interlocutores no governo, não é feita distinção quanto ao partido dos legisladores, uma vez que seus pleitos são construídos de maneira a não ter orientação política marcante. Conforme descrito acima, os pleitos são baseados em questões como empregos afetados, impostos arrecadados, impactos ambientais, segurança pública, saúde pública, dentre outros assuntos de interesse da sociedade defensáveis pelos legisladores, independente de sua orientação política.

Após as intervenções, caso a tramitação da proposição legislativa tome caminho desfavorável aos interesses do Sindicerv, novos contatos são feitos à medida que a proposição muda de comissão. A última instância, a sanção pelo executivo, governador

ou prefeito, também é acionada, com os pleitos do Sindicerv encaminhados para os gabinetes dos políticos.

Além das atividades junto ao governo, conforme revelado anteriormente, o Sindicerv estrutura operações de divulgação de informações para o público, sobre os temas que são discutidos nas casas legislativas: tais como legislação tributária, práticas concorrenciais, regulamentação da produção, dentre outras. Para esta atividade conta com uma assessoria de imprensa desde 1994.

Os trabalhos junto à assessoria de imprensa são estruturados da seguinte maneira: no início de cada ano, uma série de temas de interesse da indústria cervejeira é listada pelo Sindicerv para sua assessoria de imprensa. Para cada um dos temas é esclarecido qual o posicionamento do setor e linha argumentativa. Assim como nas exposições feitas aos legisladores, levantamentos de dados pelo Sindicerv e estudos especializados são fornecidos como referências para embasamento dos argumentos.

À assessoria de imprensa é colocada uma meta com um número mínimo desejado de inserções na mídia para cada tema.

Além do trabalho de divulgação do posicionamento do setor sobre assuntos de seu interesse a assessoria de imprensa presta serviço de clipping, através do qual relaciona reportagens ligadas ao setor cervejeiro veiculadas nos principais jornais e revistas do país. Com base nessas informações os funcionários do Sindicerv assim como os funcionários das cervejarias ligados às atividades do Sindicerv, podem acompanhar e manter arquivo dos assuntos que o grande público está tendo acesso e assim compreender as tendências de posicionamento da sociedade quanto aos temas de seu interesse: impostos, consumo de bebidas alcoólicas, saúde pública, segurança pública, etc.

A maior atividade de inserções na mídia pelo Sindicerv pode ser captada por levantamento feito junto aos jornais de grande circulação. Pesquisa realizada junto à Folha de São Paulo quanto ao número de vezes que a palavra Sindicerv apareceu anualmente neste jornal indica tendência de crescimento no período de 1994 a 2008 comprovando a maior atividade do Sindicerv na divulgação de informações

No exemplo abaixo, o número de veiculações da palavra “Sindicerv” é controlada pelo número de veiculações da palavra “Cerveja”, para eliminar viés relacionado ao assunto cerveja, o qual poderia ter se tornado de maior interesse para o público no período estudado.

Gráfico 10: Número de vezes que a palavra foi veiculada no jornal

Ocorrências

Fonte: Folha de São Paulo

A observação das séries plotadas acima mostra que, apesar do assunto cerveja ter permanecido relativamente constante, o Sindicerv teve participação crescente na mídia no período analisado comprovando a maior atividade de divulgação de informações pela entidade.

Conclusão

Assim, concluímos que, com as alterações na estrutura do Sindicerv, este passou a realizar, em caráter permanente, atividades de lobby, atuando junto ao poder legislativo e junto à opinião pública.

De maneira resumida, podemos descrever a trajetória do Sindicerv como sendo a transição de uma situação de equilíbrio que, abalada por um choque exógeno, é levada a um novo equilíbrio:

Situação 1: Equilíbrio inicial

- Gestão do Sindicerv feita pelos próprios associados;
- Gestão não profissional permite controle do Sindicerv por Antarctica e Brahma;
- Suas atividades rotineiras eram ligadas apenas à negociação salarial e, em determinados contextos, negociação de preços;
- Exercia atividades de representação setorial de maneira pontual.

Choque Exógeno:

Ao final da década de 80 e início da década de 90 a conjunção de uma série de fatores (macro e de nível setorial) promoveu um choque que retirou o Sindicerv de seu equilíbrio. Os fatores foram:

Fatores Macro:

- Redemocratização e a garantia de acesso ao sistema legislativo;
- Abertura econômica e o conseqüente acirramento da concorrência;
- Intensificação das atividades legislativas de Estados e Municípios.

Fatores Ligados ao Setor:

- Alteração da estratégia de atuação da Kaiser, que passou a ocupar o vácuo de representação do setor, de forma sistemática, pelo Sindicerv;
- Negociação das normas técnicas de produção de cerveja no MERCOSUL

Situação 2: O novo equilíbrio

- Gestão profissionalizada;
- Maior equilíbrio da representação dos associados via gestão profissionalizada;
- Atuação sistemática e contínua em atividades de lobby;
- Atividades rotineiras passam a incluir ações de lobby nas três esferas do governo.

Assim, o Sindicerv, após cinco décadas de atuação voltada para as atividades do sistema corporativista, essencialmente negociação salarial, deixou de ter atuação esporádica e passou a realizar atividades permanentes de lobby.

Conforme descrito anteriormente, suas atividades são focadas no legislativo, dada a disponibilidade de dados a respeito das proposições legislativas em tramitação, o que, via de regra, não ocorre no processo decisório dos órgãos do executivo.

Esta forma de atuação focada no legislativo corrobora as constatações de estudos realizados a respeito da atuação do empresariado com classe a partir da redemocratização (Diniz & Boschi, 2004; Mancuso, 2007b).

4.4. Conclusão

Com a redemocratização e o esgotamento da política desenvolvimentista, mudanças estruturais afetaram o quadro político-econômico brasileiro. O Congresso Nacional ganhou importância e passou a ocupar posição importante nas atividades de comunicação entre Estado e setor privado.

Segundo Diniz e Boschi (2004) esta nova realidade trazia dois aspectos fundamentais: (1) o fim do protecionismo à indústria nacional e (2) uma nova dinâmica do processo decisório estatal.

As reformas neoliberais, por sua vez, tiveram profundo impacto na economia brasileira, aumentando a participação de capital estrangeiro investido no Brasil, assim como elevou a quantidade de produtos importados no mercado brasileiro. Tais mudanças resultaram na formação de um ambiente de concorrência acirrada no mercado nacional.

O aumento da concorrência provocou a depuração da economia nacional, desencadeando uma série de operações de fusões e aquisições, com as empresas menos aptas sendo compradas pelas mais competitivas sendo, muitas vezes, compradas por empresas estrangeiras.

Neste novo contexto, as associações e grupos de interesse ganharam importância, já que podiam participar de parte do processo decisório da máquina estatal, principalmente via poder Legislativo e forneciam uma possibilidade de aumento da competitividade das empresas nacionais.

O mercado cervejeiro sofreu o impacto destas transformações. Desde a década de 80, novos produtores de cerveja entram no mercado e, no início da década de 90 o mercado cervejeiro já tem como uma de suas principais características o elevado grau de concorrência entre os empresários do setor.

O processo de fusões e aquisições se acirra com a compra do controle da Brahma pelo grupo GARANTIA em 1989 e atinge seu ponto máximo em 1999 com a fusão entre Brahma e Antarctica formando a AmBev, detentora de aproximadamente 70% do mercado nacional de cerveja.

Nesse contexto de concorrência acirrada, importantes transformações ocorreram na forma de representação política do setor cervejeiro. Novos entrantes, diante do quadro de domínio absoluto de Antarctica e Brahma, buscaram aumentar sua

competitividade também pela via política. No início da década de 90 a Kaiser afiliou-se ao Sindicerv e passou a exercer atividades de lobby.

Com a necessidade de organizar uma representação consolidada do setor para defender os interesses das cervejarias brasileiras no MERCOSUL, Antarctica e Brahma, também preocupadas com o aumento da influência da Kaiser sobre o Sindicerv e o setor cervejeiro de maneira geral, propuseram a profissionalização da gestão do sindicato.

Em 1994 o Sindicerv passa a contar com um corpo executivo próprio e representa com sucesso os interesses da indústria cervejeira nacional no MERCOSUL. A partir de então, o sindicato, fortalecido pela participação no MERCOSUL, continua com suas atividades de lobby em caráter permanente.

Ao longo da década de 90, a sociedade brasileira passa a demonstrar preocupação crescente com assuntos como: meio ambiente, segurança e saúde pública. Estas mudanças refletem nas casas legislativas as quais passam a apresentar proposições legislativas ligadas a estes assuntos. Dentre eles, determinação de horário do fechamento de bares, responsabilidade dos fabricantes em reciclar suas embalagens, restrições à publicidade, dentre outros, afetavam a indústria cervejeira profundamente.

Diante do aumento das proposições legislativas com impacto na indústria cervejeira o Sindicerv amplia suas atividades de lobby e passa a monitorar assembleias legislativas e câmaras municipais por todo o país. Complementarmente, o Sindicerv passa a atuar junto à opinião pública colocando o seu posicionamento sobre diversos assuntos junto à imprensa através de uma assessoria contratada.

Desta forma, após sofrer o impacto de fatores de ordem macro: (1) redemocratização e aumento da importância do Legislativo; (2) reformas neoliberais, promovendo a abertura da economia e redução da participação do Estado na economia e (3) Intensificação das atividades legislativas de Estados e Municípios; assim como fatores específicos de seu setor: (1) aumento da participação da Kaiser nas atividades de representação política ligadas ao Sindicerv e (2) necessidade de representação unificada na formulação das normas do MERCOSUL; o Sindicerv passou por transformações em sua forma de atuação.

A antiga forma esporádica de representação política foi substituída por uma estrutura permanente de lobby e o Sindicerv, antes apenas um local de encontro entre as cervejarias associadas, passou a contar com um corpo executivo assessorado por escritórios de lobby, assessorias jurídicas e assessoria de imprensa.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscou-se iluminar questões relativas à representação política do empresariado nacional através da reconstituição da trajetória do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja e dos fatores que motivaram as transformações ocorridas em sua estrutura organizacional e forma de atuação.

Este tema tem sido alvo, cada vez mais freqüente, de interesse de acadêmicos e outros interessados. A literatura existente vem focando a ação do empresariado como classe, havendo poucos estudos sobre a atuação de um setor específico.

Parte da literatura sobre a ação coletiva empresarial no Brasil interpreta a atuação política do empresariado como fragmentada, dispersiva e imediatista (Schneider, 2000). Argumentos como a desarticulação do empresariado pela prolongada manutenção do sistema corporativista como via oficial de acesso do empresariado ao Estado, que dificultaria a renovação de suas lideranças e a formação de uma entidade de cúpula, figuram dentre as principais explicações para a falta de articulação política do empresariado.

De outro lado, outros autores analisam que as transformações no contexto político-econômico brasileiro motivaram, a partir da década de 80, a articulação de uma pauta de interesses comuns dentre os industriais. Recorrendo a estudos sobre as organizações empresariais da indústria, sobretudo com base na atuação da CNI e suas atividades como representante da classe empresarial industrial, estes autores buscam evidenciar a atuação unificada dos industriais em torno de um objetivo comum. (Oliveira, 2003; Mancuso, 2007b).

O empresariado nacional, que mostrou entender a influência que as políticas públicas e a atuação do Estado de maneira geral têm sobre sua atividade buscou, desde os primórdios da industrialização brasileira, integrar-se às arenas decisórias da máquina estatal.

Ao longo de sua história o empresariado nacional revelou ter enorme facilidade em adaptar-se às transformações político-econômicas e, se não demonstrou capacidade de liderar um projeto de desenvolvimento industrial nacional, através de seus posicionamentos pragmáticos, conseguiu manter, na maior parte do tempo, elevado grau de influência nas arenas decisórias do Estado.

Neste texto, ao colocar em perspectiva histórica a atuação política do setor cervejeiro, foi possível observar e contextualizar os diversos fatores que determinaram, e determinam, a forma de organização e atuação dos empresários. Chegando ao final desta trajetória, a principal característica revelada foi o caráter *adaptativo* dos empresários cervejeiros, o que possibilitou a manutenção de *elevado grau de participação política* do setor ao longo de sua história.

O Sindicerv, fundado no auge do funcionamento do sistema corporativista, passou por diversas transformações nos últimos 60 anos. Estas transformações, aliadas a outros dois principais fatores, a saber (1) a conveniência, para governo e empresário, da existência de um canal oficial de comunicação entre Estado e setor privado e (2) a garantia legal de seus recursos, contribuição sindical, explicam sua longevidade.

Logo em sua primeira década de existência, o Sindicerv vivenciou o início da fragmentação do sistema de representação empresarial, com representações setoriais e alianças de interesses começando a ganhar maior importância como canais de comunicação entre setor público e privado, a partir de mudanças políticas ocorridas ao final da década de 50.

Entre 1964 e 1985, apesar da perda de importância relativa do sistema corporativista como canal de comunicação e pressão sobre o governo, o Sindicerv não sofreu alterações significativas, uma vez que sua atuação política, esporádica e sem intermédio das organizações de grau superior (federações e CNI), continuou a acontecer. Nesse período, o Sindicerv também continuou a exercer atividades ligadas ao sistema corporativista como negociação salarial e participação no sistema de controle de preços.

Após a redemocratização e a abertura comercial na década de 90, o Sindicerv passou por transformações em sua estrutura organizacional e forma de atuação.

A indústria cervejeira como um todo, mas principalmente as grandes cervejarias, atravessaram por mudanças fundamentais no ambiente em que suas operações ocorriam. Até 1985, suas operações ocorriam em um ambiente que podemos definir como protegido:

1. Apoio do Estado: política protecionista;
2. Ausência de uma cultura social marcadamente anti-bebidas alcoólicas;
3. Reduzida preocupação com questões ambientais;
4. Domínio do mercado por grandes cervejarias: Antarctica e Brahma.

Durante a década de 90, esse ambiente seguro desestruturou-se:

1. Abertura comercial;
2. Emergência de manifestações sociais anti-bebidas alcoólicas;
3. Crescente preocupação com questões ambientais: embalagens;
4. Novos entrantes aumentam a concorrência no setor.

Tais transformações foram ainda complementadas por transformações específicas de seu setor, como o surgimento de outra cervejaria com atuação política no âmbito do Sindicerv, Cervejaria Kaiser; e a necessidade de representação conjunta do setor cervejeiro na formulação das normas do MERCOSUL.

A Cervejaria Kaiser, com sua origem na cultura americana da Coca-Cola, passou a exercer atividades de lobby no âmbito do Sindicerv, o que desequilibrou a estrutura de poder interna no Sindicerv – equilíbrio de poder entre Antarctica e Brahma. Com a necessidade de negociação das normas do MERCOSUL, Brahma e Antarctica propuseram alterações na estrutura organizacional do Sindicerv, que resultaram na profissionalização da entidade.

Com o sucesso das negociações no MERCOSUL, a estrutura profissional foi mantida e nos anos posteriores, diante do crescente número de proposições legislativas com impacto na indústria cervejeira, foram intensificadas as atividades de lobby, as quais passaram a acontecer em nível federal, estadual e municipal.

Deste modo, o Sindicerv, após aproximadamente 40 anos de sua fundação sem que houvesse ocorrido mudanças significativas em sua forma de organização e atuação política, durante a década de 90 sofreu choques conjunturais e específicos de seu setor que alteram definitivamente sua estrutura organizacional e forma de atuação.

Assim, ao final da década de 90, o antigo Sindicerv, fruto da capacidade adaptativa dos empresários, havia se modernizado:

- (1) contava com estrutura profissionalizada de gestão e
- (2) exercia atividades permanentes de lobby.

Por fim, é sempre importante ressaltar que as questões ligadas à ação coletiva e representação de interesse são questões complexas, que envolvem numerosos fatores. As idéias e conclusões aqui apresentadas não devem nem podem ser tomadas como definitivas, mas sim como instigadoras de estudos adicionais que permitam a evolução da compreensão do complexo relacionamento entre Estado e sociedade.

Bibliografia

ARAÚJO, R.L.W., (2001), Mercado de Cerveja no Brasil: Um Estudo Econométrico
Escola de Pós-Graduação em Economia – Fundação Getúlio Vargas.

AGROMALTE, (2007), Estudo sobre o mercado internacional de Cevada e Malte, Não
Publicado.

BIELSCHOWSKY, R. (1988), Pensamento Econômico Brasileiro, o ciclo ideológico do
desenvolvimentismo, Rio de Janeiro. Editora Cotraponto.

CARDOSO, F. H., (1968) Hegemonia Burguesa e a Independência Econômica: Raízes
Estruturais da Crise Política Brasileira. In: FRUTADO, Celso (Org.) Brasil: tempos
modernos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

CARDOSO, F H., (1975), Autoritarismo e Democracia, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DEAN, W., (1971), A Industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, Difel.

DINIZ, E., (1978), Empresariado Nacional e Estado no Brasil, Rio de Janeiro, Forense-
Universitária.

DINIZ, E., (1992), Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo
industrial no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 20.

DINIZ, E., (2000), Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais. Editora
FGV.

DINIZ, E., BOSCHI, R. R., (2003), Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento.
RBCS Vol. 18 Nº 52.

DINIZ, E., BOSCHI, R. R., (2004), Empresários, Interesses e Mercado. Dilemas do
desenvolvimento no Brasil. Editora Humanitas.

DONER, R. F., SCHNEIDER, B. R., (2000). Business Associations and Economic Development: Why Some Associations Contribute More Than Others. *Business and Politics*, Vol. 2, Issue, 3.

ELZINGA, K. G. (1973), The Restructuring of the U.S. Brewing Industry, *Industrial Organization Review*, vol. 1.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV

FRIEDEN, Jeffry A. (1991). Debt Development, and Democracy: Modern Political Economy and Latin América, 1965-1985. Princeton, Princeton University Press.

FURTADO, C. (1970). Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Cia Ed.Nacional

GOODMAN, John; & PAULY, Louis (1993). The obsolescence of Capital Controls? Economic Management in an age of Global Markets. *World Politics* 46 (October), pp. 50-82.

GOUREVITCH, Peter (1986). Politics in Hard Times. Ithaca: Cornell University Press.

HAGGARD, Stephan; MAXFIELD, Sylvia; & SCHNEIDER, Ben R. (1997). Theories of Business and Business-State Relations. In Sylvia Maxfield & Ben R. Schneider (eds.), *Business and the state in developing countries*. New York, Cornell University Press.

HIRSCHMAN, Albert O. (1978). Exit, Voice and the State. *World Politics* 31 (October), pp. 90-107.

HOROWITZ, I. And HOROWITZ, A. R. (1965), Firms in a Declining Market: The Brewing Case. *Journal of Industrial Economics*, vol. 13.

IANNI, O., (1968), O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

KRUGMAN, Paul R.; & OBSFIELD, Maurice (2001). *Economia Internacional: Teoria e Política*. 5ª ed. São Paulo, Makron Books.

LAMOUNIER, B. (1992), *Empresários, Partidos e Democratização no Brasil (1974-1990)*. São Paulo. IDESP.

LANGAN, G. E. (1997), *Brand Level Demand and Oligopolistic Price Interaction Among Domestic and Foreign Beer Brands*, University of Connecticut.

LEE, B., (1986), *The Demand For Beer In The U.S.* Kansas State University.

LEOPOLDI, M.A. (1998), *O Século do Corporativismo? Empresário industrial e suas associações de classe*, FGV. Rio de Janeiro.

LEOPOLDI, M. A. (2000), *Política e Interesses. As associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo. Paz e Terra.

LINDBLON, Charles (1984). *The Market as Prison*. In *The Political Economy* (eds.) T Ferguson e J. Rogers. Armonk, NY: M. E. Sharpe.

MAXFIELD, Sylvia (1990). *Governing Capital*. Ithaca: Cornell University Press.

MANCUSO, W., (2007a). *O Empresariado como Ator Político no Brasil: Balanço da Literatura e Agenda de Pesquisa*. *Revista de Sociologia Política*. No. 28.

MANCUSO, W., (2007b). *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo*. Edusp. São Paulo.

MERCOSUL, *Protocolo de Ouro Preto*, 1994

MERCOSUL, *Tratado de Assunção*, 1991

MONTERO, Maria (2002). Non-cooperative bargaining in apex games and the Kernel. *Games and Economic Behavior* 41. pp. 309-321.

OLIVEIRA, A. C. J., (2004), Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil. Campinas. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, A. J. S. N., (2003), O Papel da Coalizão Empresarial Brasileira e as Negociações da Alça. São Paulo. Tese de doutorado.

OLIVER, Pamela (1980). Selective Incentives in Apex Game: An Experiment in Coalition Formation. *Journal of Conflict Resolution*. Vol 24, No1(mar), pp. 113-141.

OLSON, M., (1971). A Lógica da Ação Coletiva. Tradução: Fábio Fernandez. Edusp

PAYNE, Leigh, 1994. Brazilian Industrialists and Democratic Change. Baltimor, MD: John Hopkins University Press.

PELAEZ, C. M., (1971), As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 25.

RIBEIRO, G. A. 2007. Poder Legislativo e Recesso Parlamentar. Site da Câmara dos Deputados.

ROGOWSKI, Ronald (1989). Commerce and Coalitions: How Trade Affects Domestic Political Alignments. Princeton: Princeton University Press.

ROSENBLUTH, Frances (1989). Financial Politics in Contemporary Japan. Ithaca: Cornell University Press.

SANTOS, S. P., (2003). Os Primórdios da Cerveja no Brasil. Ateliê Editorial.

SCHNEIDER, B. R.; (1997). Organized Business Politics in Democratic Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 39.

SCHNEIDER, B. R.; (2004). Business Politics and the State in Twentieth-Century Latin America. Cambridge. Cambridge University Press.

SHAFFER, D. Michael (1997). Winners and Losers: How Sectors Shape the Developmental Prospects of States. Ithaca: Cornell University Press.

URI, N. D., 1986, The Demand for Beverages and Interbeverage Substitution in the United States, Bulletin of Economic Research, 1986.

WINTERS, Jeffrey (1996). Power in Motion: Capital Mobility and the Indonesian State. Ithaca: Cornell University Press.

Matérias de Jornais e Revistas

TEIXEIRA, Alexandre (2008). O Legado de Lemann. Revista Época Negócios. Abril de 2008. Editora Globo.

Artigos e dados retirados da Internet

Almanak Laemmert. Dados acessados através do site:
<http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

Entrevistas

LANDMAN, John. (2008). Proprietário da Maltaria do Vale, concedeu entrevista à respeito do PLANACEM.

MESQUITA, Marcos (2008). Entrevista realizada especialmente para a coleta de dados para esta dissertação.